

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – EXERCÍCIO SOCIAL DE 2006

Senhores Acionistas,

A Administração da CTEEP – Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Contábeis, com os pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2006.

O ano de 2006 foi marcado por importantes realizações de obras de ampliações, reforços e melhorias no Sistema de Transmissão, como se verá ao longo do relatório ora apresentado referente a esse exercício, que foi marcado também pelo processo de privatização da Companhia.

Em 28 de junho de 2006, o Governo do Estado de São Paulo promoveu leilão público na Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA para a alienação do controle da Companhia, tendo como vencedora a empresa Interconexión Eléctrica S.A. E.S.P. que assumiu, por meio de sua controlada ISA Capital do Brasil S. A., o controle da CTEEP, adquirindo naquela oportunidade o equivalente a 50,1% das ações ordinárias de emissão da Companhia. Em decorrência do referido leilão e de acordo com a legislação aplicável, em janeiro de 2007 ocorreu oferta pública de aquisição de ações ordinárias, fazendo com que essa controladora detenha atualmente o equivalente a 89,4% do total de ações ordinárias e 37,5% do capital total da CTEEP.

A Interconexión Eléctrica S.A. E.S.P. reitera seu compromisso de assegurar, promover e aprimorar a qualidade dos serviços de transmissão de energia elétrica oferecidos pela CTEEP, visando também o aprimoramento dos seus resultados econômico-financeiros mediante a aplicação das melhores práticas e modelos mundiais de gestão, para benefício de todos os seus acionistas e da comunidade.

Luis Fernando Alarcón Mantilla
Presidente do Conselho de Administração

1. PERFIL DA COMPANHIA

A CTEEP – Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista está inserida no maior mercado industrial do País, tendo como missão operar, manter, expandir e explorar sistemas de transmissão de energia elétrica, com excelência na prestação do serviço, satisfação dos usuários, sustentabilidade ambiental e retorno adequado aos acionistas.

É responsável por um complexo sistema elétrico, composto por 11.778 km de extensão de linhas de transmissão, 18.264 km de circuitos de transmissão, 103 subestações com tensão até 550 kV, em todo o Estado de São Paulo, com 479 transformadores em operação, totalizando uma capacidade instalada de 40.371,6 MVA, o que lhe assegura a transmissão de quase toda a eletricidade consumida no Estado de São Paulo.

A formação da Companhia decorre de processos distintos de reestruturação societária. O primeiro foi a cisão parcial das concessionárias paulistas CESP e Eletropaulo, originando, respectivamente, em março de 1999 e dezembro de 1997, as duas transmissoras CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista e EPTE – Empresa Paulista de Transmissão de Energia Elétrica S.A. O segundo, objetivando o fortalecimento e a racionalização do sistema de transmissão de energia elétrica no Estado de São Paulo, ocorreu em novembro de 2001, com a incorporação da EPTE pela CTEEP, resultando uma única concessionária de transmissão de energia elétrica controlada pelo Governo do Estado de São Paulo.

Em 28 de junho de 2006, o Governo do Estado de São Paulo promoveu leilão público na Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA para a alienação do controle da Companhia, tendo como vencedora a empresa Interconexión Eléctrica S.A. E.S.P. que assumiu, por meio de sua controlada ISA Capital do Brasil S. A., o controle da CTEEP, adquirindo naquela oportunidade o equivalente a 50,1% das ações ordinárias de emissão da Companhia, posição acionária mantida até 31 de dezembro de 2006. Em janeiro de 2007, em decorrência de oferta pública para aquisição de ações, essa posição passou para 89,4% do total de ações com direito a voto.

Ao findar 2006, a Transmissão Paulista, detentora de um ativo da ordem de R\$ 5 bilhões, demonstra o acerto de sua estratégia de crescimento, através dos contínuos e expressivos resultados alcançados, consolidando-se como uma das mais importantes concessionárias de energia elétrica do País.

2. AMPLIAÇÃO E EXPANSÃO DO SISTEMA DE TRANSMISSÃO

O ano de 2006 foi marcado pela realização de importantes obras de reforços e melhorias em 26 subestações, com acréscimo de capacidade em 13 delas, substituição de disjuntores em 14 subestações e recapacitação de linhas do Sistema de Transmissão, de modo a assegurar os níveis de qualidade e confiabilidade adequados à importância sócio-econômica de sua área de atuação, com destaque para os resultados a seguir indicados.

2.1. Acréscimo de Capacidade de Transformação

Subestação	Tensão (kV)	Acréscimo de Capacidade de Transformação (MVA)
Assis.....	440/230	336
	88/13,8	5
Baixada Santista.....	345/88	400
Bom Jardim.....	440/88	300
	88/13,8	7,5
Botucatu.....	230/138	150
Caraguatatuba.....	138/13,8	20
Itapetininga I.....	88/11,5	7,5
Jales.....	138/88	12,5
	138/69	30
	138/13,8	12,5
Jupia.....	440/138	111
Jurumirim.....	230/138	150
Mogi Mirim III.....	440/138	300
Mongaguá.....	138/13,8	14,6
Total.....		1.856,6

2.2. Acréscimo de Compensação Reativa

Subestação	Potência (MVar)
Araraquara.....	200
Sumaré.....	100
Total.....	300

2.3. Recapitação de Linha de Transmissão - LT

LT 138kV Mairiporã – Santo Ângelo c1/c2 com extensão de 56 km

2.4. Substituição de Equipamentos por Superação da Capacidade Disruptiva ou em Final de Vida Útil

14 disjuntores de 230 kV na SE Edgard de Souza;

23 disjuntores de 138 kV nas SEs: Jupia, Bragança Paulista, Ilha Solteira, São José do Rio Preto, Ribeirão Preto e Barra Bonita;

2 disjuntores de 69 kV nas SEs Barra Bonita e Flórida Paulista;

1 disjuntor de 34,5 kV na SE Bragança Paulista;

6 disjuntores de 13,8 kV nas SEs: Cerquilha, Ibitinga, Ilha Solteira e Valparaíso.

3. INDICADORES DE DESEMPENHO DO SISTEMA DE TRANSMISSÃO

A qualidade dos serviços de transmissão de energia elétrica da CTEEP é aferida por meio dos indicadores a seguir apresentados.

3.1. DREQ - Duração Equivalente de Interrupção

Expressa o tempo total, em minutos, em que esteve interrompido, devido a fatores internos à CTEEP, o montante de carga de valor igual à potência máxima do sistema no período considerado, ou seja, é a duração equivalente de “uma” interrupção de Demanda Máxima no período de observação, causada por distúrbios originados internamente à CTEEP.

3.2. FREQ - Frequência Equivalente de Interrupção

Exprime o desempenho global do sistema, em função das interrupções provenientes do Sistema de Transmissão, ou seja a fração da demanda máxima interrompida no período considerado, ou ainda, corresponde ao número de vezes em que a demanda máxima teria sido interrompida no período de observação.

3.3. ENES - Energia Não Suprida

Expressa em MWh o montante da energia não fornecida pelo sistema em virtude de interrupções havidas, durante o período de observação.

<u>Índices</u>	<u>2006</u>	<u>2005</u>	<u>2004</u>
DREQ.....	3,0035	4,4255	5,5802
FREQ.....	0,2534	0,4501	0,2252
ENES.....	980,70	1.336,0	1.715,0

4. DESEMPENHO ECONÔMICO - FINANCEIRO

4.1. Fundamentos

A principal fonte de receita da Companhia é proveniente do uso do seu sistema de transmissão por outras concessionárias de serviço público de energia elétrica, agentes do setor e consumidores livres. Suas receitas anuais, vinculadas às instalações de Rede Básica e Demais Instalações de Transmissão – DIT, foram reajustadas por meio de Resoluções da ANEEL ao longo do exercício de 2006, implicando reajuste médio de 3,0% com relação aos níveis anteriormente praticados.

A execução do orçamento da Companhia em 2006 possibilitou investimentos de R\$ 472.215 mil nas atividades de produção, sendo R\$ 71.304 mil destinados às melhorias dos ativos existentes e R\$ 400.911 mil destinados a novos projetos que ensejaram receita adicional. Em 2006, entraram em operação comercial 16 novos projetos, que suscitaram receita adicional de R\$ 23.895 mil nesse exercício, correspondendo a uma receita anualizada de R\$ 46.783 mil.

4.2. Projetos Energizados em 2006

Descrição	Resolução		R\$ Mil	
	Nº	Data	Investimento a ser Remunerado	Receita do 1º ao 15º Ano
Rede Básica				
SE Baixada Santista.....	197	04/05/04	44.941	7.583
SE Bom Jardim (substituição).....	197	04/05/04	40.062	6.518
SE Jupiá (substituição).....	197	04/05/04	38.120	6.223
SE Mogi Mirim III.....	197	04/05/04	36.649	6.184
SE Araraquara.....	545	14/10/03	22.441	3.761
SE Oeste.....	545	14/10/03	20.225	3.364
SE Sumaré.....	545	14/10/03	17.669	2.959
SE Jurumirim (substituição).....	197	04/05/04	11.103	1.807
SE Piratininga (substituição).....	197	04/05/04	8.907	1.426
LT Oeste.....	545	14/10/03	4.922	834
LT Mairiporã - Santo Angelo.....	197	04/05/04	4.990	787
SE Araraquara (substituição).....	363	25/10/04	1.211	381
SE Edgard de Souza (substituição).....	545	14/10/03	971	155
Subtotal.....			252.211	41.982
Demais Instalações de Transmissão - DIT				
SE Jupiá (substituição).....	197	04/05/04	14.522	2.316
SE Jales (substituição).....	197	04/05/04	10.141	1.652
SE Baixada Santista.....	197	04/05/04	4.938	833
Subtotal.....			29.601	4.801
Total.....			281.812	46.783

Em 2006, a Receita Operacional Bruta atingiu R\$ 1.401.346 mil que, após as deduções dos tributos e encargos diretos, resultou em Receita Operacional Líquida de R\$ 1.323.004 mil.

Este exercício foi marcado por um evento atípico referente ao Programa de Desligamento Voluntário – PDV que obteve 1.534 adesões ao custo estimado de R\$ 475.630 mil. Desse valor, R\$ 78.979 mil constituíram pagamentos efetivos em 2006 referentes ao desligamento de 323 empregados.

Considerando, portanto, o custo total estimado do PDV e os demais custos e as despesas operacionais passíveis de gerenciamento direto pela Administração, que compreendem pessoal, materiais e serviços, chega-se ao total de R\$ 937.593 mil, representando 70,9% da Receita Operacional Líquida.

A Geração de Caixa da Companhia expressa pelo Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro acrescido do valor da Depreciação, atingiu R\$ 230.293 mil, representando margem de 17,4% sobre a Receita Operacional Líquida.

A Companhia apresentou Lucro Líquido de R\$ 117.752 mil no exercício de 2006, equivalente a R\$ 0,79 por lote de mil ações.

4.3. Análise dos Resultados dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro

	R\$ Mil	
	2006	2005
RECEITA OPERACIONAL.....	1.401.346	1.320.664
Deduções à Receita Operacional.....	(78.342)	(115.451)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA.....	1.323.004	1.205.213
CUSTO DO SERVIÇO / DESPESA OPERACIONAL.....	(1.262.128)	(746.383)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO.....	60.876	458.830
RESULTADO FINANCEIRO.....	130.908	140.149
LUCRO OPERACIONAL ANTES DOS JUROS DE CAPITAL.....	191.784	598.979
Juros sobre o Capital Próprio.....	(54.354)	(239.354)
LUCRO OPERACIONAL APÓS JUROS DE CAPITAL.....	137.430	359.625
RESULTADO NÃO OPERACIONAL.....	(31.849)	(1.266)
LUCRO DO EXERCÍCIO ANTES DO IR E DA CSLL.....	105.581	358.359
Imposto de Renda e Contribuição Social.....	(42.183)	(129.436)
Reversão dos Juros sobre o Capital Próprio.....	54.354	239.354
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO.....	117.752	468.277
LUCRO LÍQUIDO POR LOTE DE MIL AÇÕES - R\$.....	0,79	3,14

O Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro obtido em 2006 apresenta-se 86,7% inferior ao verificado em 2005, devido à despesa do Programa de Desligamento Voluntário – PDV, incluída na Despesa Operacional, no montante de R\$ 475.630 mil. Em consequência dessa despesa e de seu reflexo tributário, a Transmissão Paulista obteve o Lucro Líquido de R\$ 117.752 mil em 2006.

O desempenho econômico-financeiro possibilitou à Companhia creditar a seus acionistas, no primeiro semestre de 2006, o montante de R\$ 54.354 mil a título de Juros sobre o Capital Próprio. Considerando a proposta da Administração de destinar ainda o valor de R\$ 60.599 mil, na forma de Dividendos Complementares, bem como a parcela de Lucros Acumulados no valor de R\$ 85.000 mil, a distribuição de proventos aos acionistas perfaz o montante de R\$ 199.953 mil.

4.4. Estrutura de Capital

A Transmissão Paulista encerrou o exercício de 2006 demonstrando estrutura de capital com 26,3% de recursos de terceiros, incluindo apenas 4,5% de dívida onerosa com relação ao ativo total. Tal situação decorre principalmente das restrições formais impostas pelo Conselho Monetário Nacional referentes ao contingenciamento da dívida do setor público no período em que a CTEEP foi controlada pelo Governo do Estado de São Paulo.

A privatização da CTEEP, ocorrida em junho de 2006, abriu novas possibilidades para a otimização da sua estrutura de capital mediante a implementação de financiamentos adequados ao negócio de transmissão de energia elétrica, ora em processo de aprovação.

4.5. Negociação das Ações

No exercício de 2006, foram realizados 73.663 negócios com ações da Companhia na Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA, envolvendo o volume total de R\$ 1.387.330 mil.

No âmbito dos programas de ADRs (American Depositary Receipts) – nível 1 da Companhia, constavam da sua base acionária, ao final do exercício de 2006, 17.170 ADRs referentes a ações preferenciais e 12.333 ADRs referentes a ações ordinárias. Nos programas existentes, cada ADR corresponde a 3.000 ações da respectiva espécie.

Ao longo do ano de 2006, o IBOVESPA valorizou-se em 32,9%. Nesse período, as ações ordinárias da Companhia (TRPL3) desvalorizaram 3,7%, enquanto que suas ações preferenciais (TRPL4) registraram valorização de 14,0% no mercado.

4.6. Nível 1 de Governança Corporativa

A Transmissão Paulista foi a primeira empresa de energia elétrica no Estado de São Paulo a aderir formalmente às práticas de Governança Corporativa, tendo assinado, em 18 de setembro de 2002, o Contrato de Adesão às Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa - Nível 1 com a Bolsa de Valores de São Paulo - BOVESPA.

Com a adesão, a Companhia, que tem suas ações preferenciais incluídas no IBOVESPA, passou também a compor o Índice de Ações com Governança Corporativa (IGC), que mede o desempenho das empresas listadas no Programa de Governança Corporativa da BOVESPA. Desta forma, a Transmissão Paulista reforça seus compromissos com as melhores práticas de Governança Corporativa, com destaque para a clareza e oportunidade nas informações oferecidas ao mercado.

Cumprindo as regras da Governança Corporativa, a Transmissão Paulista realizou reunião pública em 15 de dezembro de 2006, com analistas de mercado e investidores, no auditório da Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais – APIMEC, em São Paulo, ocasião em que foram apresentadas também informações do Grupo ISA, novo controlador da CTEEP.

4.7. Auditores Independentes

Para os fins previstos na Instrução CVM – 381, de 14 de janeiro de 2003, a Companhia informa que a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, contratada em maio de 2004 para prestação de serviços de auditoria de suas demonstrações contábeis, para um período de 3 anos, desde então só prestou serviços relacionados à auditoria externa.

5. INTEGRAÇÃO DO SISTEMA CORPORATIVO

Em 2006, as ações de modernização do sistema tecnológico corporativo estiveram alinhadas aos objetivos estratégicos da Companhia de integrar os sistemas de informação e aprimorar os processos da operação e outros serviços. Nesse sentido dois Programas merecem destaque, o de integração da cadeia ONS - Operador Nacional do Sistema e o de implantação do projeto SIM – Sistema Integrado de Monitoramento.

O Programa de Integração da cadeia ONS com a CTEEP e Clientes, foi desenvolvido por intermédio da tecnologia denominada “Web Services”. Essa iniciativa, pioneira no setor, proporcionou a interação automática dos computadores da CTEEP com os do ONS, possibilitando o recebimento, com extrema agilidade, dos dados de faturamento e a disponibilização aos clientes, no seu sítio Internet, de forma segura.

Em relação a Implantação do SIM, a Companhia ao empregar a tecnologia de vídeo digital para suportar as ações de segurança empresarial, operação de subestações da rede básica e acompanhamento em tempo real de empreendimentos da Empresa, objetivou a visualização de imagens das subestações atendidas pelo sistema, em qualquer ponto da rede corporativa ou da Internet. Este novo sistema propiciará a redução do número de incidentes decorrentes de furtos e invasões nas instalações da Transmissão Paulista, custos decorrentes de deslocamentos de técnicos às subestações, e redução de riscos de acessos de operadores às áreas energizadas para constatação de manobras de equipamentos. O SIM contempla, ainda o controle de movimentação de câmeras, gravação, transmissão e visualização de imagens, local e remotamente, através da rede corporativa existente.

Em reconhecimento a política de tecnologia de informação em desenvolvimento, a Transmissão Paulista foi selecionada, em abril de 2006, dentre as empresas mais avançadas do País no uso da tecnologia da informação (TI) e contemplada com o Prêmio INFO 2005 - "As 100 empresas mais ligadas do Brasil". A classificação considerou indicadores como investimentos em tecnologia da informação, capacidade de armazenamento de dados e número de computadores.

A CTEEP obteve ainda, em 2006, o reconhecimento pela ONG "Comitê para a Democratização da Informática - CDI", em virtude do seu compromisso com a Campanha "Megajuda" 2005. A iniciativa arrecadou equipamentos de informática para serem utilizados em projetos de inclusão digital desenvolvidos pela CDI, possibilitando a extensão do aproveitamento social aos equipamentos que deixam de ter utilidade econômica para a Companhia, abrindo novas perspectivas para aqueles que não têm acesso aos benefícios da tecnologia digital.

6. PROGRAMA DE QUALIDADE

A gestão pela qualidade na Transmissão Paulista e a ampliação dos processos de certificação ISO 9001 acompanham o processo de modernização e reforçam o compromisso da Companhia pela busca contínua à excelência na prestação de serviços.

A Companhia tem priorizado as certificações ISO de processos estratégicos e determinantes ao aumento da competitividade, as quais se iniciaram com as atividades de coordenação, supervisão e controle da operação em tempo real do Centro de Operação do Sistema e posteriormente foram estendidas aos três Centros Regionais de Operação.

Alinhada ao planejamento estratégico, a Companhia selecionou o Sistema de Manutenção, como prioritário ao desenvolvimento da linha de ação "Implementar Programa de Melhoria dos Processos".

Em função da complexidade e abrangência do Sistema de Manutenção, implantou-se o Programa de melhoria, de forma gradual e segmentada por processo, selecionando-se, como estrategicamente prioritário, o processo de "Manutenção de Disjuntores PK", tanto pela sua importância no que se refere a garantia da confiabilidade, quanto pelo impacto causado ao sistema elétrico, em decorrência de eventuais falhas nesses equipamentos.

Em meados de 2006, o BVQI – Bureau Veritas Quality International, certificou o escopo "Manutenção de Duplas Câmaras de Interrupção de Disjuntor a Ar Comprimido tipo PK em Oficina", que envolve as áreas de Manutenção de Subestações e Linhas, bem como as Oficinas de Disjuntores tipo PK situadas nas instalações da Companhia.

Além dessa certificação, os resultados da criteriosa política de qualidade têm sido auferidos, por meio de contínuas auditorias realizadas pelo BVQI, que tem recomendado a manutenção da certificação de todos os processos dos escopos analisados.

Em prosseguimento a esse programa, foi realizada a primeira auditoria de manutenção nos processos do escopo "Coordenação Supervisão e Controle da Operação dos Sistemas Elétrico Energético e Hidráulico", nos centros de controle de Cabreúva e de São Paulo, que teve como conclusão a manutenção da certificação pelo BVQI.

Também foi recertificado o sistema de gestão da qualidade do escopo "Inspeção de Linhas Aéreas de Transmissão", envolvendo as equipes de Votuporanga, Jupiá, Presidente Prudente e Santa Bárbara do Oeste.

A segunda auditoria de manutenção do escopo "Programação da Manutenção das Instalações da Rede Básica e da Rede Complementar", envolvendo as equipes de Jupiá e Votuporanga, também resultou na manutenção da certificação.

No que se refere ao aspecto administrativo, foram recertificados os processos do escopo "Cadastramento e Avaliação de Fornecedores de Materiais, Equipamentos e Serviços".

7. PROGRAMAS DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO

A Transmissão Paulista iniciou o primeiro programa de Pesquisa e Desenvolvimento – P&D em 2001, a partir da assinatura do contrato de concessão. Desde então, os programas de inovação tecnológica têm possibilitado a incorporação de novos produtos e processos necessários à modernização técnica, administrativa e financeira da Companhia. Ao longo desses cinco anos já foram investidos cerca de R\$ 18,5 milhões em projetos de P&D.

Investimentos em Projetos de P & D

Ciclo	R\$ Mil
2001/2002.....	3.218
2002/2003.....	3.562
2003/2004.....	2.218
2004/2005.....	4.431
2005/2006.....	<u>5.115</u>
Total.....	<u><u>18.544</u></u>

Estes investimentos têm possibilitado a geração de produtos inéditos, cujas aplicações têm sido protegidas por protocolos de patentes. Em 2006, a Companhia, após comprovação de testes de eficiência, obteve do INPI - Instituto Nacional de Propriedade Intelectual, o protocolo de patente de dois importantes equipamentos, ou seja, de um "Novo Isolador Antipoluição" e de um "Sistema de Monitoramento de Múltiplas Câmaras de Interrupção em Disjuntores a Ar Comprimido", originários de projetos executados em ciclos concluídos.

Com o uso dos novos isoladores, desenvolvidos pelo projeto "Novo Isolador Antipoluição", estima-se além da redução de indisponibilidade, uma economia de 30% a 50% nos gastos relacionados à troca de isoladores, considerando-se a aquisição, manutenção envolvida, a duplicação da vida útil do isolador e a espessura de zincagem.

O projeto “Sistema de Monitoramento de Múltiplas Câmaras de Interrupção em Disjuntores a Ar Comprimido”, foi desenvolvido com o objetivo de identificar anormalidades através da medição dos tempos de operação, nas câmaras de interrupção do disjuntor, de forma “on-line”, evitando a sua indisponibilidade na operação e possibilitando a manutenção preventiva.

Em 2006, a Companhia concluiu também a execução de 16 projetos, 6 integrantes do terceiro programa - ciclo 2003/2004, e 10 do quarto programa - ciclo 2004/2005. Os projetos executados abrangeram áreas diversas, tais como meio ambiente, sistema de supervisão e controle, gestão e controle de projetos. Destacam-se nesse contexto os seguintes projetos:

“Desenvolvimento de Alternativas de Uso Agrícola nas Faixas de Passagem de Linhas de Transmissão como Meio de Ocupação Produtiva e Adequada ao Meio Ambiente”

Foi desenvolvido partindo-se da constatação de que faixas de passagem de linhas de transmissão, na zona rural, nem sempre são incorporadas como espaço produtivo pelos produtores rurais e que, em áreas urbanas, a sua adequação de uso nem sempre está em harmonia com as necessidades da comunidade de seu entorno. Como consequência, há sempre a necessidade de manutenção periódica com roçadas e limpezas, que geram custos significativos.

Para eliminar a tradicional roçada, a Companhia em parceria com a Universidade Luiz de Queiroz - ESALQ e a Cooperativa de Engenheiros e Arquitetos - COOESA, implantaram um projeto piloto na Linha de Transmissão de 440 kV Araraquara - Santa Bárbara, no qual foi desenvolvida a “blindagem verde”, recobrando o solo com uma vegetação rasteira e de porte baixo que fica verde o ano todo, evitando desta forma a tradicional roçada e implantando em paralelo, projeto paisagístico e produtivo nas faixas de passagem das Linhas de Transmissão em área urbana, fortalecendo o compromisso social da Companhia com a comunidade.

“Desenvolvimento de Sistema para Localização de Faltas em Linhas de Transmissão com Subestações Conectadas em Derivação”

Esse projeto, proporcionou maior agilização dos serviços das equipes de manutenção de linhas de transmissão, diminuindo o tempo de inspeção e reparo das linhas, impactando diretamente na diminuição dos custos operacionais. A redução nos riscos de instabilidade do sistema elétrico possibilitará o aumento da confiabilidade do sistema, maior satisfação do cliente com a qualidade do serviço prestado, e a diminuição das perdas de receita pelo tempo de indisponibilidade das Linhas de Transmissão incluídas no regime de parcela variável. A Companhia já solicitou, junto ao INPI, o registro do software gerado por esse projeto.

“Desenvolvimento de Metodologia e Especificação de Requisitos de um Sistema de Gerenciamento de Projetos”

Os constantes investimentos efetuados pela Transmissão Paulista em expansão, modernização e adequação dos sistemas, necessários ao atendimento da crescente demanda de energia elétrica, motivaram o desenvolvimento desse projeto. A metodologia foi primariamente desenvolvida para o gerenciamento das obras, mas encontra-se em nível que permite a sua utilização em projetos de outras naturezas. Foram desenvolvidos também, mecanismos para apoio e fiscalização no gerenciamento de projetos, a fim de verificar e refinar os correspondentes processos para a implementação das melhores práticas e padrões.

Paralelamente ao desenvolvimento e conclusão do terceiro e quarto programas de P&D, em 25 de setembro de 2006 a ANEEL aprovou o quinto programa - ciclo 2005/2006, composto por 20 projetos, sendo 7 plurianuais originários de ciclo anterior e 13 novos. O programa teve início em 1º de dezembro de 2006, com metas físicas definidas para serem atingidas até 30 de novembro de 2007.

Consolidando a proposta de diversificação de sua carteira de projetos de P&D, a Companhia submeteu à avaliação da ANEEL, em dezembro de 2006, um conjunto de 17 novos projetos, no valor estimado de R\$ 4,7 milhões, estruturados em 5 áreas de pesquisa, que deverão integrar o sexto programa de P&D, ciclo 2006/2007.

8. MEIO AMBIENTE

Os serviços públicos de transmissão de energia elétrica compreendem empreendimentos sujeitos ao regime de licenciamento ambiental, que requerem obrigações e responsabilidades dos empreendedores para a consecução de autorizações.

Desta forma, decorrente da necessidade de licenciamento ambiental, a Companhia, realizou neste ano de 2006 as ações a seguir relacionadas:

- Elaboração de EAS - Estudo Ambiental Simplificado para requerimento da Licença Ambiental Prévia junto a Secretaria de Meio Ambiente de São Paulo, das seguintes obras:

Substituição de torres da LT 345 kV Tijuco Preto-Baixada Santista, em andamento;

Recapacitação da LT 138 kV Ilha Solteira-Jales, em andamento;

Recapacitação da LT 138 kV Jupia-Três Irmãos; e

Recapacitação da LT 138 kV Jupia-Ilha Solteira, trecho localizado em Três Lagoas, com pedido de Licença Ambiental de Instalação junto a Secretaria de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul.

- Acompanhamento ambiental com vistas à obtenção da Licença Ambiental de Operação, das seguintes obras:

Repotenciação da LT 345 kV Guarulhos-Anhangüera;

Recapacitação da LT 138 kV Araraquara-São Carlos, prevista para março de 2007; e

Seccionamento da LT 440 kV Bauru-Embu, Ramal Oeste, com obtenção da Licença Ambiental de Operação nº 00226, emitida em 21 de julho de 2006.

- Elaboração de RAP – Relatório Ambiental Preliminar para Reconstrução/Recapacitação do Sistema de Transmissão em 230 kV do Vale do Paraíba, com solicitação de Licença Ambiental Prévia na Secretaria de Meio Ambiente de São Paulo.

A Companhia prosseguiu no atendimento aos compromissos assumidos no Termo de Ajustamento de Conduta Ambiental - TAC, firmado com a Secretaria de Estado do Meio Ambiente de São Paulo em 2002, cujo objeto é a regularização ambiental dos ativos de transmissão em operação anteriores a 1981 e posteriores a essa data que não possuíam as respectivas Licenças Ambientais de Operação.

Para tanto, foram contratados os serviços de reflorestamento com espécies nativas em 129,01 ha em áreas administradas pelo Instituto Florestal, na Floresta Estadual de Batatais e na Estação Experimental de Moji Guaçú.

Por outro lado, além de cumprir suas obrigações e responsabilidades relativas ao licenciamento ambiental, a CTEEP desenvolveu processos de certificação ambiental de suas subestações, fundamentados na Norma ISO 14001, além da implementação do Sistema de Gestão Ambiental - SGA, cujo escopo consiste na "Operação e Manutenção de Subestação de Transmissão de Energia Elétrica", iniciado em 2001.

No ano de 2006, foram certificadas 9 novas subestações, totalizando 19. Os sites envolvidos com o processo de certificação compõem dois grupos, a saber:

- Grupo em processo de auditoria de manutenção realizada pela DQS do Brasil, composto pelas Subestações Valparaíso, Itapetininga, Miguel Reale e Santa Cabeça; e
- Grupo em processo de auditoria de certificação realizada pelo BVQI - Bureau Veritas Quality International, composto pelas Subestações Araraquara, Votuporanga, Bragança Paulista, Oeste, São José dos Campos, Porto Ferreira, Baixada Santista, Registro, Presidente Prudente, Dracena, Xavantes, Santa Bárbara do Oeste, Centro-CTT, Interlagos e Ramon Rebert Filho.

No que se refere ao Programa de Gerenciamento de Resíduos das subestações certificadas, a Companhia está requerendo o licenciamento de três novas Centrais de Gerenciamento de Resíduos, a serem implantadas em Cabreúva, Bauru e em São Paulo, cuja operação deve se dar ao longo de 2007.

Em reconhecimento a política de meio ambiente desenvolvida, a Transmissão Paulista, recebeu o título de "Empresa Sustentável" conferido pela revista "Meio Ambiente Industrial", em edição especial de junho de 2006, como mérito pela conquista das certificações em conformidade com as normas ISO 14001 e relatórios de ações, e pela adesão à "Declaração Internacional de Produção + Limpa", protocolo integrante do PNUMA.

Do mesmo modo, a Companhia foi considerada apta e indicada para receber o Prêmio "Top Quality Ambiental – 2006" pela OPB – Ordem dos Parlamentares do Brasil, como destaque no setor/segmento "Transmissão de Energia Elétrica".

9. GESTÃO DE PESSOAS E PROGRAMA DE EDUCAÇÃO CORPORATIVA

9.1. Programa de Desligamento Voluntário - PDV

Em 20 de novembro de 2006, o Conselho da Administração aprovou a implantação de um Programa de Desligamento Voluntário - PDV, elaborado por consultoria especializada, contemplando em seu escopo verbas indenizatórias e benefícios sociais.

Dos empregados existentes na Companhia naquela data, 1.534 aderiram ao PDV. Os desligamentos foram programados para ocorrer de forma gradativa, preservando a excelência e a qualidade técnica dos serviços prestados pela Transmissão Paulista. Até dezembro de 2006, foram desligados 323 empregados, assim a Companhia encerrou o exercício de 2006, com 2.412 empregados.

9.2. Educação Corporativa

O quadro qualificado de pessoal tem-se mantido por processo de aperfeiçoamento profissional. Para essa finalidade o Programa de Educação Corporativa implantado na Companhia tem garantido a reciclagem, o conhecimento e a atualização constante dos seus profissionais nos vetores de gestão, institucional, tecnológico e tecnologia da informação.

Em 2006 foram formadas 566 turmas de disciplinas variadas, totalizando 138.079 horas aulas e 9.542 participações.

A prioridade do Programa de Educação Corporativa recaiu sobre ações que prepararam o empregado para a melhoria e modernização das atividades de transmissão, com enfoque na proteção do trabalhador diretamente em contato com instalações e serviços elétricos, conforme determinou a Convenção Coletiva de Segurança e Saúde no Trabalho do Setor Elétrico do Estado de São Paulo, por meio da Norma Regulamentadora nº 10.

Visando a compreensão das principais mudanças e implicações referentes à citada norma, foram realizadas 12 turmas, totalizando 381 participantes e enfocando “A Nova NR10, suas Implicações e o Papel dos Gestores” com carga horária de 16 horas distribuídas em dois módulos:

“Impacto nos Serviços e Instalações Elétricas” que versou basicamente sobre as especificidades da NR10; e

“O Papel Gerencial”, que versou sobre a importância crescente da regulação do setor, sobre a condução dos negócios da empresa, os papéis na organização – relação entre atores – prerrogativas e responsabilidades, a sustentabilidade da empresa em ambiente competitivo e sobre a ética.

A CTEEP aproveitou a experiência de vários dos seus instrutores colaboradores das áreas técnicas e de segurança do trabalho e ministrou internamente 83 turmas da disciplina “NR-10 – Básico de Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade – Regularização”, totalizando 1.901 participações.

Ainda com respeito a este assunto, foram realizadas 58 turmas da disciplina “Instrução de Operação IO/TO/104 – Segurança do Trabalho em Equipamentos e Instalações do Sistema”, totalizando 2.096 participantes, visando reciclar e atualizar todos os conhecimentos referentes aos procedimentos internos adotados pela Empresa.

Para preparar o colaborador e atender as exigências da NR-10, foram realizadas 44 turmas da disciplina “Eletricidade Básica”, para 409 participantes, ministradas por entidade reconhecida pelo Sistema Oficial de Ensino, para os colaboradores que possuíam esta pendência de certificação formal e que atuam diretamente em áreas de risco.

Coube ainda um investimento nas disciplinas da Formação Específica em Normas e Procedimentos de Gestão do Meio Ambiente que totalizaram 28 turmas e 447 participantes.

Deu-se ênfase, também, às disciplinas da Formação Específica em Normas e Procedimentos de Gestão da Qualidade que totalizaram 03 turmas e 28 participantes.

Cabe destacar, também, o investimento em novas ferramentas de aprendizagem – ensino à distância, com a disciplina Correio Eletrônico CET, que visou, além de incentivar a eficiente utilização dos recursos disponibilizados no correio eletrônico, familiarizar e estimular os colaboradores para a utilização desta ferramenta que encurta distâncias, totalizando 67 turmas e 1.631 participantes.

10. RESPONSABILIDADE SOCIAL

O Programa foi concebido sob a ótica da conscientização interna dos empregados para o conhecimento do conceito e o exercício da cidadania, estendendo-se aos familiares e à comunidade da qual é parte. Compreende projetos de cunho social, tecnológico e cultural, estreitando cada vez mais as relações entre a Transmissão Paulista e a sociedade, a seguir indicados.

Acompanhar

Visa orientar, informar sobre a legislação previdenciária, benefícios, manter o vínculo com a Empresa e prestar acompanhamento médico social aos empregados afastados por doença ou acidente do trabalho.

Dependência Química

Apóia a recuperação do empregado que contraiu a “doença” dependência química e realiza ações de prevenção, no âmbito da empresa. A equipe multidisciplinar utiliza os recursos internos e desenvolve grupo de apoio na própria Companhia, para o empregado e os seus familiares.

Desenvolvendo Talentos

Capacitar deficientes visuais da comunidade da cidade de São Paulo é o objetivo deste projeto. Desenvolvido em parceria com a Associação de Deficientes Visuais e Amigos – ADEVA, é realizado através de atividades de habilitação e reabilitação, promoção de cursos de leitura e escrita Braille, de Informática e Telemarketing para deficientes visuais, objetivando a inserção dessas pessoas no mercado de trabalho.

Eficiência

Objetiva atender empregados e filhos de empregados portadores de deficiência física, mental, sensorial e múltiplas, de acordo com as necessidades apresentadas. Realiza ainda, pagamento mensal do Auxílio Creche Pessoa Física Especial, benefício concedido em Acordo Coletivo aos empregados que tenham filhos portadores de deficiência que exijam cuidados permanentes, ou pessoas nessas mesmas condições que vivam sob sua dependência mediante tutela ou curatela.

Estagiário Curricular

A Transmissão Paulista assume o compromisso de oferecer vagas para estudantes do último e penúltimo ano dos cursos universitários e técnicos de nível médio, por considerar importante e necessária a complementação do ensino teórico com a aprendizagem prática, contribuindo para a formação do profissional pelo aperfeiçoamento técnico cultural, científico e de relacionamento humano.

Estagiário Mirim

Desenvolver esse Projeto é criar oportunidades aos jovens da comunidade menores de 18 anos, que freqüentem cursos regulares de ensino. A Companhia considera a possibilidade de aprender práticas administrativas, despertar e conhecer suas habilidades, relacionamentos e responsabilidades no ambiente de trabalho, fundamental à formação de cidadãos, contribuindo, dessa forma, para o ingresso, desses jovens, no mercado de trabalho.

Transmitindo Saúde

Objetiva promover o equilíbrio físico e emocional, através da divulgação de temas ligados à saúde, esclarecimentos de assuntos emergentes e ações preventivas, colaborando para a melhoria da qualidade de vida dos empregados.

Energia, Arte & Cultura

A Transmissão Paulista tem patrocinado atividades culturais e artísticas, com a aplicação de recursos financeiros em projetos enquadrados nas Leis de Incentivos Fiscais. No ano de 2006, foram contemplados três projetos voltados ao cinema brasileiro, o “Festival Internacional de Teatro de São José do Rio Preto”, o projeto “É tudo verdade”- 12º Festival Internacional de Documentários e o “Censo Cinematográfico Brasileiro”.

Fundação Patrimônio Histórico da Energia

Criada para garantir a preservação do patrimônio cultural das Empresas Energéticas, tornou-se um centro de referência nacional do setor. A Fundação vem contribuindo para a difusão da história da energia e do vasto universo a ela inter-relacionado, preservando arquivos, objetos, equipamentos e sítios de valor histórico. O acervo da Fundação reúne documentação arquivista, bibliográfica, museológica e arquitetônica, prestando apoio à pesquisas.

Em 2006, a Companhia apoiou a “Restauração do Patrimônio Arquitetônico do Complexo do Casarão Santos Dumont”, o projeto “Escolas Públicas no Museu da Energia - Núcleo Caminhos do Mar” e a “Restauração e Manutenção dos Monumentos Históricos do Parque Caminhos do Mar”.

Instituto Criança Cidadã – ICC

A Transmissão Paulista é uma das mantenedoras do Instituto Criança Cidadã, apoiando as atividades que beneficiam aproximadamente 8 mil crianças, adolescentes e adultos através de diversos projetos, como a Creche – Pré Escola, Complementação Escolar, Centro de Iniciação ao Trabalho e o Projeto Nossa Comunidade.

11. BALANÇO SOCIAL

(Em milhares de reais)

Bases de Cálculo	2006			2005		
Receita líquida (RL).....	1.323.004			1.205.213		
Resultado operacional (RO).....	137.430			359.625		
Folha de pagamento bruta (FPB).....	427.654			342.517		

Indicadores Sociais Internos	Valor	% s/ FPB	% s/ RL	Valor	% s/ FPB	% s/ RL
Alimentação.....	12.362	2,9	0,9	11.453	3,3	1,0
Encargos sociais compulsórios.....	73.784	17,3	5,6	73.188	21,4	6,1
Previdência privada.....	9.559	2,2	0,7	11.435	3,3	0,9
Saúde.....	16.040	3,8	1,2	14.540	4,3	1,2
Educação.....	5.204	1,2	0,4	4.852	1,4	0,4
Auxílio creche.....	286	0,1	-	246	0,1	-
Participação nos lucros e resultados.....	17.155	4,0	1,3	16.448	4,8	1,4
Outros	306	0,1	-	368	0,1	-
Total.....	134.696	31,6	10,1	132.530	38,7	11,0

Indicadores Sociais Externos	Valor	% s/ RO	% s/ RL	Valor	% s/ RO	% s/ RL
Contribuições para a sociedade: educação, cultura, saúde e saneamento, esporte, combate à fome e segurança alimentar e outros.....	3.948	2,9	0,3	3.395	0,9	0,3
Tributos (excluídos encargos sociais).....	52.103	37,9	3,9	91.740	25,5	7,6
Total.....	56.051	40,8	4,2	95.135	26,4	7,9

Indicadores Ambientais	Valor	% s/ RO	% s/ RL	Valor	% s/ RO	% s/ RL
Relacionados com operação da Empresa.....	400	0,3	-	463	0,1	-
Em programas e/ou projetos externos.....	168	0,1	-	390	0,1	-
Total.....	568	0,4	-	853	0,2	-

Indicadores do Corpo Funcional		
Empregados no final do exercício.....	2.412	2.927
Admissões durante o exercício.....	3	4
Empregados acima de 45 anos.....	1.052	1.229
Mulheres empregadas.....	227	319
% cargos de chefia ocupados por mulheres	7,6	8,8
Empregados portadores de deficiência.....	2	13

Informações Relevantes quanto ao Exercício da Cidadania Empresarial		
Relação entre a maior e a menor remuneração.....	17 vezes	21 vezes
Total de acidentes de trabalho.....	17	25
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela Empresa foram definidos pela:.....	Direção e Gerências	Direção e Gerências
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho, foram definidos pela:.....	Direção e Gerências	Direção e Gerências
A previdência privada contempla :.....	Todos empregados	Todos empregados
A participação nos lucros e resultados contempla:	Todos empregados	Todos empregados
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela Empresa :.....	São sugeridos	São sugeridos
Participação dos empregados em programas de trabalho voluntário, a Empresa :	Apóia	Apóia

12. AGRADECIMENTOS

A Administração da Transmissão Paulista agradece aos acionistas, clientes e fornecedores pela atenção, cooperação e confiança durante o ano de 2006, externando o especial reconhecimento aos seus colaboradores pela dedicação e esforço empreendidos, graças aos quais a Companhia conseguiu obter os resultados apresentados.

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E DE 2005

(Em milhares de reais)

	Nota <u>Explicativa</u>	<u>2006</u>	<u>2005</u>
ATIVO			
CIRCULANTE			
Disponibilidades			
Numerário disponível.....		11.225	2.039
Aplicações financeiras.....	5	503.246	682.878
		<u>514.471</u>	<u>684.917</u>
Créditos, valores e bens realizáveis			
Clientes.....	6	164.001	153.550
Almoxarifado.....		36.992	31.627
Valores a receber - Secretaria da Fazenda.....	7	14.036	39.106
Provisão para créditos de liquidação duvidosa.....		(1.079)	(1.079)
Imposto de renda e contribuição social diferidos.....	11	126.099	-
Tributos e contribuições compensáveis.....	8	88.096	31.008
Cauções e depósitos vinculados.....	9	3.541	3.412
Outros.....		18.294	14.857
Despesas pagas antecipadamente.....		3.954	4.805
		<u>453.934</u>	<u>277.286</u>
Total do ativo circulante.....		<u>968.405</u>	<u>962.203</u>
NÃO CIRCULANTE			
Realizável a longo prazo			
Valores a receber - Secretaria da Fazenda.....	7	209.544	114.224
Alienação de bens e direitos.....	10	70.496	70.496
Provisão para créditos de liquidação duvidosa.....	7.6/10	(72.714)	(72.714)
Imposto de renda e contribuição social diferidos.....	11	118.974	109.239
Cauções e depósitos vinculados.....	9	31.186	29.912
Outros.....		3.494	3.494
Despesas pagas antecipadamente.....	12	8.091	101.040
		<u>369.071</u>	<u>355.691</u>
Imobilizado			
Em serviço.....	13	5.691.412	5.630.272
Depreciação acumulada.....	13	(2.698.910)	(2.550.030)
Em curso.....	13	845.847	501.994
Obrigações especiais.....	13	(16.284)	(15.890)
		<u>3.822.065</u>	<u>3.566.346</u>
Intangível.....		<u>57.505</u>	<u>57.000</u>
Total do ativo não circulante.....		<u>4.248.641</u>	<u>3.979.037</u>
TOTAL DO ATIVO.....		<u>5.217.046</u>	<u>4.941.240</u>

As notas explicativas e os anexos I e II são parte integrante destes balanços

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E DE 2005

(Em milhares de reais)

	Nota <u>Explicativa</u>	<u>2006</u>	<u>2005</u>
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
CIRCULANTE			
Fornecedores.....		134.967	112.176
Tributos a recolher.....	14	10.274	57.143
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas.....	15	56	10.298
Encargos do consumidor - RGR.....		5.409	6.228
Salários e contribuições sociais.....	16	12.642	13.299
Programa de desligamento voluntário - PDV.....	17	370.880	-
Obrigações estimadas.....	18	48.375	43.603
Valores a pagar - Fundação CESP.....	19	9.615	8.949
Juros sobre o capital próprio/dividendos a pagar.....	23.6 a	26.345	84.046
Dividendos declarados.....	23.6 b	145.599	97.300
Outros.....		29.927	28.182
Total do passivo circulante.....		794.089	461.224
NÃO CIRCULANTE			
Exigível a longo prazo			
Empréstimos e financiamentos.....	15	586	636
Valores a pagar - Fundação CESP.....	19	222.566	224.961
Imposto de renda diferido.....	11.2	16.374	16.374
Programa de desligamento voluntário - PDV.....	17	25.771	-
Provisão para contingências.....	20	265.075	247.805
Provisão para encargos fiscais e tributários.....	21	11.132	11.132
Obrigações especiais - reversão/amortização.....	22	24.053	24.053
Outros.....		11.400	10.271
Total do passivo não circulante.....		576.957	535.232
RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS.....	4.2 g	100.495	117.480
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social.....	23.1	462.000	462.000
Reservas de capital.....	23.4	2.592.369	2.592.369
Reservas de lucros.....	23.5	182.693	179.894
Lucros acumulados.....		507.777	592.375
		3.744.839	3.826.638
Recursos destinados a aumento de capital.....		666	666
Total do patrimônio líquido.....		3.745.505	3.827.304
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....		5.217.046	4.941.240

As notas explicativas e os anexos I e II são parte integrante destes balanços

**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E DE 2005
(Em milhares de reais)**

	Nota		
	Explicativa	2006	2005
RECEITA OPERACIONAL			
Receita de uso da rede elétrica.....	25	1.387.070	1.276.361
Outras receitas.....	26	14.276	44.303
		<u>1.401.346</u>	<u>1.320.664</u>
DEDUÇÕES À RECEITA OPERACIONAL			
Quota para a reserva global de reversão - RGR.....		(34.975)	(32.397)
COFINS.....		(76.355)	(99.624)
PIS.....		(16.569)	(21.629)
Ativo regulatório - Constituição.....	12	38.316	73.797
Ativo regulatório - Realização.....	12	(42.569)	(35.359)
Ativo regulatório - Estorno.....	12	(88.696)	-
Crédito COFINS.....	12.1	117.242	-
Crédito PIS.....	12.1	25.446	-
ISSQN.....		(182)	(239)
		<u>(78.342)</u>	<u>(115.451)</u>
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA.....		<u>1.323.004</u>	<u>1.205.213</u>
CUSTO DO SERVIÇO DE OPERAÇÃO			
Pessoal.....		(127.574)	(109.606)
Material.....		(7.805)	(10.146)
Serviços de terceiros.....		(57.605)	(56.990)
Depreciação.....		(160.167)	(159.163)
		<u>(353.151)</u>	<u>(335.905)</u>
LUCRO BRUTO.....		<u>969.853</u>	<u>869.308</u>
DESPESA OPERACIONAL			
Pessoal.....		(216.632)	(226.792)
Programa de desligamento voluntário - PDV.....	17	(475.630)	-
Material.....		(13.816)	(15.028)
Serviços de terceiros.....		(38.531)	(32.444)
Depreciação.....		(9.250)	(10.240)
Encargos regulamentares da concessão.....		(94.852)	(45.903)
Provisão para contingências.....	20	(18.294)	(37.502)
Outras despesas.....		(41.972)	(42.569)
		<u>(908.977)</u>	<u>(410.478)</u>
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO.....		<u>60.876</u>	<u>458.830</u>
RESULTADO FINANCEIRO			
Amortização do deságio.....		16.985	16.985
Receitas Financeiras.....	27	130.778	132.534
Despesas Financeiras.....	27	(16.952)	(19.766)
Variações monetárias líquidas.....	27	97	10.396
Juros sobre o capital próprio.....	23.6 a	(54.354)	(239.354)
		<u>76.554</u>	<u>(99.205)</u>
LUCRO OPERACIONAL.....		<u>137.430</u>	<u>359.625</u>
Receitas não operacionais.....		1.577	4.357
Despesas não operacionais.....		(33.426)	(5.623)
RESULTADO NÃO OPERACIONAL.....		<u>(31.849)</u>	<u>(1.266)</u>
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL.....			
		<u>105.581</u>	<u>358.359</u>
Imposto de renda corrente.....	28.2	(158.076)	(95.299)
Contribuição social corrente.....	28.2	(56.390)	(33.819)
Imposto de renda diferido.....	28.2	126.572	(234)
Contribuição social diferida.....	28.2	45.711	(84)
		<u>(42.183)</u>	<u>(129.436)</u>
LUCRO ANTES DA REVERSÃO DOS JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO.....		<u>63.398</u>	<u>228.923</u>
Reversão dos juros sobre o capital próprio.....	23.6 a	54.354	239.354
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO.....		<u>117.752</u>	<u>468.277</u>
Lucro líquido por lote de mil ações - R\$.....		<u>0,79</u>	<u>3,14</u>

As notas explicativas e os anexos I e II são parte integrante destas demonstrações

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E DE 2005

(Em milhares de reais)

DESCRIÇÃO	CAPITAL SOCIAL	RESERVAS DE		LUCROS ACUMULADOS	SUBTOTAL	RECURSOS DESTINADOS A AUMENTO DE CAPITAL	TOTAL
		CAPITAL	LUCROS				
Saldos em 31 de dezembro de 2004	462.000	2.592.369	157.929	482.313	3.694.611	666	3.695.277
Realização da reserva de lucros a realizar.....	-	-	(1.449)	1.449	-	-	-
Dividendos prescritos.....	-	-	-	404	404	-	404
Lucro líquido do exercício.....	-	-	-	468.277	468.277	-	468.277
Distribuição de juros sobre o capital próprio							
RCA - 13/06/05.....	-	-	-	(54.354)	(54.354)	-	(54.354)
RCA - 12/09/05.....	-	-	-	(95.000)	(95.000)	-	(95.000)
RCA - 19/12/05.....	-	-	-	(90.000)	(90.000)	-	(90.000)
Destinação de lucro proposta à AGO de 20/04/06							
Reserva legal.....	-	-	23.414	(23.414)	-	-	-
Dividendos complementares.....	-	-	-	(97.300)	(97.300)	-	(97.300)
Saldos em 31 de dezembro de 2005	462.000	2.592.369	179.894	592.375	3.826.638	666	3.827.304
Realização da reserva de lucros a realizar.....	-	-	(2.707)	2.707	-	-	-
Dividendos prescritos.....	-	-	-	402	402	-	402
Lucro líquido do exercício.....	-	-	-	117.752	117.752	-	117.752
Distribuição de juros sobre o capital próprio							
RCA - 15/05/06.....	-	-	-	(54.354)	(54.354)	-	(54.354)
Proposta à AGO de 19/03/07							
Destinação do lucro do exercício							
Reserva legal.....	-	-	5.506	(5.506)	-	-	-
Dividendos complementares.....	-	-	-	(60.599)	(60.599)	-	(60.599)
Destinação de parte dos lucros acumulados							
Dividendos declarados.....	-	-	-	(85.000)	(85.000)	-	(85.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2006	462.000	2.592.369	182.693	507.777	3.744.839	666	3.745.505

RCA - Reunião do Conselho de Administração

AGO - Assembléia Geral Ordinária

Valor Patrimonial da Ação por lote de mil - R\$ 25,09

As notas explicativas e os anexos I e II são parte integrante destas demonstrações

**DEMONSTRAÇÕES DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E DE 2005
(Em milhares de reais)**

	Nota Explicativa	2006	2005
ORIGENS DOS RECURSOS			
Das operações			
Lucro líquido do exercício.....		117.752	468.277
Despesas (receitas) que não afetam o capital circulante líquido			
Depreciação.....		169.417	169.403
Variações monetárias e cambiais de longo prazo		2.097	1.370
Baixas do ativo permanente.....		46.180	11.648
Ativo regulatório - constituição/realização/estorno.....	12	92.949	(38.438)
Programa de Desligamento Voluntário - PDV.....	17	25.771	-
Provisão para perdas - Ferronorte.....		-	851
Amortização do deságio.....		(16.985)	(16.985)
Imposto de renda e contribuição social diferidos.....		(9.735)	(12.750)
Provisão para contingências.....	20	18.294	37.502
Lucro originado das operações.....		445.740	620.878
De terceiros			
Transferências do circulante para o exigível a longo prazo.....		-	3.670
Transferências do realizável a longo prazo para o circulante.....		6.860	31.661
Dividendos prescritos.....		402	404
Obrigações especiais - doações.....		394	6.334
		<u>7.656</u>	<u>42.069</u>
Total das origens		453.396	662.947
APLICAÇÕES DOS RECURSOS			
No realizável a longo prazo		103.349	29.890
No imobilizado		472.215	315.910
Transferências do exigível a longo prazo para o circulante.....		4.542	14.395
Nos juros sobre o capital próprio.....	23.6 a	54.354	239.354
Nos dividendos complementares.....	23.6 b	60.599	97.300
Lucros acumulados.....	23.6 b	85.000	-
Total das aplicações		780.059	696.849
REDUÇÃO DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO.....		(326.663)	(33.902)
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO			
Ativo circulante			
No início do exercício.....		962.203	797.971
No fim do exercício.....		968.405	962.203
Aumento do ativo circulante		6.202	164.232
Passivo circulante			
No início do exercício.....		461.224	263.090
No fim do exercício.....		794.089	461.224
Aumento do passivo circulante		332.865	198.134
REDUÇÃO DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO.....		(326.663)	(33.902)

As notas explicativas e os anexos I e II são parte integrante destas demonstrações

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E DE 2005

(Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista ("CTEEP" ou "Companhia") é uma sociedade de capital aberto, autorizada a operar como concessionária de serviço público de energia elétrica, tendo como atividades principais o planejamento, a construção e a operação de sistemas de transmissão de energia elétrica, bem como programas de pesquisa e desenvolvimento no que tange a transporte de energia e outras atividades correlatas à tecnologia disponível, sendo suas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

A Companhia é oriunda de cisão parcial da CESP - Companhia Energética de São Paulo, tendo iniciado suas operações comerciais em 01 de abril de 1999. Em 10 de novembro de 2001, incorporou a EPTE - Empresa Paulista de Transmissão de Energia Elétrica S.A. ("EPTE"), empresa oriunda da cisão parcial da Eletropaulo - Eletricidade de São Paulo S.A.

Em leilão de privatização realizado em 28 de junho de 2006, na Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA, nos termos do Edital SF/001/2006 o Governo do Estado de São Paulo, até então acionista majoritário, alienou 31.341.890.064 ações ordinárias de sua propriedade, correspondentes, a 50,1% das ações ordinárias de emissão da CTEEP (Nota Explicativa 35).

A empresa vencedora do leilão foi a Interconexión Eléctrica S.A. E.S.P., com lance de R\$ 38,09 por lote de mil ações, representando um ágio de 58% sobre o valor mínimo estabelecido no Edital de R\$ 24,11.

A Interconexión Eléctrica S.A. E.S.P. é uma empresa sediada na Colômbia, controlada pelo Governo Federal daquele País, o qual participa em 59% de seu capital social total. Além de possuir investimentos em transmissão de energia elétrica na Colômbia, a empresa investe também na Venezuela, Equador, Peru e Bolívia.

A liquidação financeira da operação realizou-se em 26 de julho de 2006 com a conseqüente transferência da titularidade das citadas ações à ISA Capital do Brasil S.A., sociedade brasileira controlada pela Interconexión Eléctrica S.A. E.S.P., constituída para operar no Brasil, que, dessa forma passa a ser a controladora da CTEEP. A referida operação teve anuência da ANEEL, em 25 de julho de 2006, conforme Resolução Autorizativa 642/06, publicada no Diário Oficial de 26 de julho de 2006.

As ações da Companhia são negociadas na BOVESPA. Adicionalmente, a CTEEP possui programa de "American Depositary Receipts - ADRs" - Regra 144 A nos Estados Unidos. O depositário dos ADRs é o The Bank of New York, e o Banco Itaú S.A. é o custodiante (Nota Explicativa 23.2).

2. GOVERNANÇA CORPORATIVA

Em setembro de 2002, a Companhia aderiu às práticas diferenciadas de Governança Corporativa - Nível 1, da BOVESPA. Em decorrência, a Companhia, que tem suas ações preferenciais incluídas no Índice BOVESPA – IBOVESPA passou também a compor o Índice de Governança Corporativa - IGC.

Os compromissos assumidos por conta da referida adesão garantem maior transparência da Companhia com o mercado, investidores e acionistas, facilitando o acompanhamento dos atos da Administração e da acionista controladora.

3. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, conjugadas com as disposições complementares da Comissão de Valores Mobiliários - CVM e normas da legislação específica aplicáveis às concessionárias de serviço público de energia elétrica, estabelecidas pela ANEEL. A partir de 1º de janeiro de 2006, as demonstrações contábeis estão sendo apresentadas de acordo com as exigências estabelecidas nas Deliberações CVM 488/05 e 489/05, respectivamente.

Para melhor apresentação e comparação o valor de R\$ 3.186 mil referente ao saldo de processamento de folha de pagamento – Lei 4.819/58, em 31 de dezembro de 2005 (Nota Explicativa 7.3.), registrado na rubrica Valores a Receber – Secretaria da Fazenda foi reclassificado do Ativo Circulante para igual rubrica do Ativo Realizável a Longo Prazo.

4. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

4.1. Práticas Contábeis Específicas

a. Encargos Financeiros e Variações Monetárias/Cambiais

Em virtude do disposto na Instrução Contábil 6.3.10, item 4, do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, os juros e demais encargos financeiros e as variações monetárias/cambiais, referentes aos financiamentos obtidos de terceiros, efetivamente aplicados no imobilizado em curso, estão registrados nesse subgrupo como custo.

b. Normas da ANEEL

A Companhia adotou os procedimentos constantes dos Ofícios Circulares da SFF/ANEEL, 2.396 de 28 de dezembro de 2006 e 059 de 11 de janeiro de 2007, e mantém os procedimentos dos Ofícios Circulares da SFF/ANEEL 190 de 01 de fevereiro de 2005 e 302 de 25 de fevereiro de 2005 (Nota Explicativa 12).

4.2. Práticas Contábeis Gerais

a. Aplicações Financeiras

As aplicações financeiras são registradas ao custo, acrescido dos respectivos rendimentos auferidos até a data do balanço patrimonial (Nota Explicativa 5).

b. Clientes

Inclui os valores faturados relativos ao uso dos sistemas de rede básica e demais instalações de transmissão - DIT pelas concessionárias de serviço público de energia elétrica e empresas ligadas a esses sistemas (Nota Explicativa 6).

c. Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

Constituída por valores considerados de improvável realização na data dos balanços patrimoniais.

d. Almojarifado

Os materiais em almojarifado são avaliados e registrados ao custo médio de aquisição, que não excede ao valor de reposição. Os materiais destinados às imobilizações são registrados no ativo imobilizado em curso.

e. Imobilizado

Os elementos integrantes do ativo imobilizado estão registrados ao custo de aquisição e/ou construção; corrigidos monetariamente até 31 de dezembro de 1995; acrescidos da Correção Monetária Complementar - CMC, instituída pela Lei 8.200, de 28 de junho de 1991, da remuneração do capital próprio até 31 de dezembro de 1998, dos encargos financeiros, das variações monetárias e cambiais dos empréstimos e financiamentos vinculados às imobilizações em curso; e deduzidos da depreciação e amortização acumuladas.

A depreciação é calculada pelo método linear, com base em taxas anuais que variam de 2% a 8,3% para os bens vinculados ao sistema de transmissão, 10% para móveis e utensílios e 20% para veículos, nos termos da Resolução 002, de 24 de dezembro de 1997, atualizada pela Resolução 44, de 17 de março de 1999, da ANEEL. A partir do exercício de 2007 será calculada em conformidade com a Resolução Normativa ANEEL 240, de 05 de dezembro de 2006.

f. Ativos e Passivos Sujeitos à Atualização Monetária/Cambial

No caso de estarem sujeitos a alguma forma de correção, são atualizados monetariamente, com base nos índices definidos legal ou contratualmente, até a data do balanço patrimonial.

g. Resultado de Exercícios Futuros

Representado pelo deságio auferido quando da aquisição de 49% das ações ordinárias da EPTE - Empresa Paulista de Transmissão de Energia Elétrica S.A. Essas ações pertenciam à Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda de São Paulo e à Companhia Paulista de Administração de Ativos - CPA e foram adquiridas, em 26 de março de 1999, pela CESP - Companhia Energética de São Paulo. Na cisão parcial da CESP, as referidas ações e o deságio apurado foram vertidos à CTEEP. A EPTE foi incorporada pela Companhia em 10 de novembro de 2001.

As amortizações desse deságio são efetuadas mensalmente, de forma linear, pelo período de concessão da então EPTE, cujo vencimento ocorrerá em dezembro de 2012.

h. Provisão para Contingências

Constituída com base na avaliação de risco de perda sobre ações em andamento, embasada em relatórios preparados pelos consultores jurídicos contratados pela Companhia.

i. Contribuição Social e Imposto de Renda

São apurados observando-se as disposições da legislação aplicável, com base no lucro líquido, ajustado pela inclusão de despesas não dedutíveis, exclusão de receitas não tributáveis e inclusão e/ou exclusão de diferenças temporárias.

j. Planos de Benefícios Pós-Aposentadoria

A Companhia patrocina planos de aposentadoria e assistência médica a seus empregados, administrados pela Fundação CESP. Os passivos atuariais foram calculados adotando o método do crédito unitário projetado, conforme previsto na Deliberação CVM 371, de 13 de dezembro de 2000.

k. Estimativas

A preparação de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, as receitas e despesas da Companhia, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações contábeis. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subseqüentes, podem diferir dessas estimativas. As principais estimativas relacionadas às demonstrações contábeis referem-se a provisão para créditos de liquidação duvidosa, para contingências e o Programa de Desligamento Voluntário - PDV.

l. Juros sobre o Capital Próprio

Os juros sobre o capital próprio estão demonstrados como destinação do resultado, diretamente no patrimônio líquido, e para fins fiscais tratados como despesa financeira, reduzindo a base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro do exercício.

m. Lucro Líquido por Lote de Mil Ações

É determinado considerando-se a quantidade de ações do capital social integralizado na data do balanço patrimonial.

5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

As aplicações financeiras estão representadas por certificados de depósitos bancários e cotas de fundo de investimento financeiro, tendo como agente financeiro, basicamente, o Banco Nossa Caixa S.A.

<u>Tipo de Aplicação</u>	<u>Taxa CDI - Média</u>	<u>2006</u>	<u>2005</u>
FIF Estatais.....	105,27%	34.099	348.908
FIF Estatais - Vinculados (a).....	105,27%	902	1.543
		<u>35.001</u>	<u>350.451</u>
CDB Flutuante CDI.....	99,97%	445.622	316.771
CDB Flutuante CDI - Vinculados (a)....	99,97%	22.623	15.656
		<u>468.245</u>	<u>332.427</u>
		<u>503.246</u>	<u>682.878</u>

- (a) Esses saldos representam os recebimentos provenientes da venda de ativos fixos vinculados ao acervo patrimonial de bens móveis e imóveis considerados inservíveis à concessão. De acordo com a Resolução ANEEL 20, de 03 de fevereiro de 1999, todo recurso derivado de tais operações deve ser aplicado em uma conta vinculada, aberta para esse fim, controlada contabilmente como registro suplementar, até a definitiva aplicação dos recursos na concessão.

6. CLIENTES

Os clientes da Companhia são as concessionárias/permissionárias de serviço público de energia elétrica e consumidores livres, conectados aos ativos da Companhia.

<u>Ativos</u>	<u>2006</u>	<u>2005</u>
Rede Básica.....	154.590	141.354
Demais Instalações de Transmissão - DIT.....	9.411	12.196
	<u>164.001</u>	<u>153.550</u>

6.1. Saldo por Vencimento

	<u>2006</u>	<u>2005</u>
A Vencer.....	<u>151.939</u>	<u>141.481</u>
Vencidos		
até 30 dias.....	59	586
de 31 a 60 dias.....	2	222
há mais de 90 dias (a).....	12.001	11.261
	<u>12.062</u>	<u>12.069</u>
	<u>164.001</u>	<u>153.550</u>

- (a) Do saldo de R\$ 12.001 mil vencido há mais de 90 dias, R\$ 11.261 mil referem-se a glosas alusivas a Companhia Paulista de Força e Luz ("CPFL"). Essas glosas estão sendo mantidas sob a alegação de que parte da tarifa de fronteira faturada pela CTEEP seria de obrigação da AES Tietê S.A., e deveria ser, portanto, faturada diretamente a esta última. A CPFL, amparada por uma liminar, deixou de pagar a respectiva tarifa durante o período de setembro de 2004 a abril de 2005.

A CTEEP recorreu à ANEEL, por meio do Ofício-OF/F/2828, de 08 de julho de 2005, requerendo a inclusão do valor total vencido na parcela de ajuste das receitas aprovadas para o período de julho de 2005 a junho de 2006, por meio da Resolução Homologatória 149, de 30 de junho de 2005.

Conforme determinado pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, a Companhia deixou de faturar a CPFL os valores atualmente em questionamento a partir de maio de 2005, até que decisão final sobre esse assunto seja tomada. A Administração da Companhia não espera incorrer em perdas no que se refere a essa questão.

7. VALORES A RECEBER - SECRETARIA DA FAZENDA

	2006			2005
	Circulante	Longo Prazo	Total	Total
Benefícios - Lei 4.819/58.....	-	-	-	26.355
Contrato de Reconhecimento e Consolidação de Obrigações.....	11.620	53.260	64.880	69.497
Processamento da Folha de Pagamento - Lei 4.819/58.....	-	92.916	92.916	3.186
Alienação de Imóvel.....	2.416	11.070	13.486	14.445
Processos Trabalhistas - Lei 4.819/58.....	-	50.080	50.080	37.629
Salários-Família - Lei 4.819/58.....	-	2.218	2.218	2.218
	<u>14.036</u>	<u>209.544</u>	<u>223.580</u>	<u>153.330</u>

7.1. Benefícios – Lei 4.819/58

Valores referentes a adiantamentos realizados pela CESP - Companhia Energética de São Paulo, no período de novembro de 1981 a maio de 1983, para pagamentos de benefícios relacionados aos empregados enquadrados no plano de aposentadoria e pensão do Estado de São Paulo, conforme Lei Estadual 4.819/58.

Em decorrência do processo de cisão parcial da CESP, esses créditos foram transferidos à Companhia, sendo formalizado contrato com a Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda, em 06 de agosto de 1999, para recebimento em 84 parcelas mensais, corrigidas pela variação do Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M, acrescidas de juros de 6% ao ano, iniciou-se em setembro de 1999 e terminou em agosto de 2006.

7.2. Contrato de Reconhecimento e Consolidação de Obrigações

Em 02 de maio de 2002, foi assinado Instrumento de Reconhecimento e Consolidação de Obrigações, com a Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda, em que o Estado reconhece e confessa ser devedor à Companhia dos valores correspondentes aos desembolsos originalmente efetuados pela CESP - Companhia Energética de São Paulo, no período de 1990 a 1999, para pagamento de folhas de complementações de aposentadorias e pensões, decorrentes de benefícios nos termos da Lei Estadual 4.819/58, estando o montante então confessado atualizado até janeiro de 2002, de acordo com a variação da Unidade Fiscal do Estado de São Paulo - UFESP, e a partir de fevereiro de 2002, de acordo com a variação mensal do IGP-M, acrescida de 6% ao ano. O ressarcimento dar-se-á em 120 parcelas mensais, tendo início em 01 de agosto de 2002 e término previsto para 01 de julho de 2012.

7.3. Processamento da Folha de Pagamento – Lei 4.819/58

O montante de R\$ 92.916 mil refere-se ao saldo remanescente do processamento da folha de pagamento do plano de complementação de aposentadoria regido pela Lei Estadual 4.819/58, sendo R\$ 1.426 mil através de liminares individuais no período de janeiro a agosto de 2005 e R\$ 91.490 mil no período de setembro de 2005 a dezembro de 2006 por força de decisão judicial da 49ª Vara do Trabalho de São Paulo, cujos pagamentos são efetuados pela Fundação CESP, mediante recursos recebidos do Governo do Estado e repassados pela Companhia (Nota Explicativa 34.3). Sobre esse saldo não é aplicada atualização monetária e não é registrado qualquer tipo de rendimento até que estes sejam aprovados pelo Governo do Estado para efetivo pagamento à Companhia.

7.4. Alienação de Imóvel

Em 31 de julho de 2002, foi assinado Instrumento Particular de Transação, com promessa de alienação de imóvel, reconhecimento de obrigações e compromisso de pagamento, com a Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda, em que o Estado reconhece e confessa ser devedor à Companhia de R\$ 12.243 mil, correspondente ao valor de mercado da totalidade da área do imóvel ocupado pelo Estado, utilizado, parcialmente, para a construção de unidades prisionais.

O Estado comprometeu-se, portanto, a ressarcir a Companhia do total mencionado em 120 parcelas mensais, tendo início em 01 de agosto de 2002 e término previsto para 01 de julho de 2012, com atualização de acordo com a variação mensal do IGP-M acrescida de juros de 6% ao ano.

7.5. Processos Trabalhistas – Lei 4.819/58

Referem-se a determinadas ações trabalhistas quitadas pela Companhia, relativas a empregados aposentados sob o amparo da Lei Estadual 4.819/58, que são de responsabilidade do Governo do Estado. Sobre esse saldo não é aplicada atualização monetária e não é registrado qualquer tipo de rendimento até que estes sejam aprovados pelo Governo do Estado para efetivo pagamento à Companhia.

7.6. Salários - Família – Lei 4.819/58

A CESP - Companhia Energética de São Paulo efetuou adiantamentos para pagamento de despesas mensais referentes a salários-família, decorrentes dos benefícios da Lei Estadual 4.819/58, sendo transferidos à Companhia, quando da cisão parcial da CESP.

Considerando a expectativa de perda, a Administração constituiu provisão para créditos de liquidação duvidosa, no ativo realizável a longo prazo, no montante de R\$ 2.218 mil.

8. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES COMPENSÁVEIS

	<u>2006</u>	<u>2005</u>
Imposto de Renda		
Recolhido a Maior.....	26.290	22.214
Retido na Fonte.....	403	158
Pessoa Jurídica - Terceiros.....	54	4
	<u>26.747</u>	<u>22.376</u>
Contribuição Social		
Recolhido a Maior.....	8.272	7.035
Retido na Fonte.....	324	125
	<u>8.596</u>	<u>7.160</u>
COFINS		
Créditos - IN 658 (a).....	21.655	-
Retido na Fonte.....	502	373
	<u>22.157</u>	<u>373</u>
PIS		
Créditos - IN 658 (a).....	29.618	-
Retido na Fonte.....	109	81
	<u>29.727</u>	<u>81</u>
Outros.....	<u>869</u>	<u>1.018</u>
	<u>88.096</u>	<u>31.008</u>

(a) Nota explicativa 12.1.

9. CAUÇÕES E DEPÓSITOS VINCULADOS

No ativo circulante, o saldo de R\$ 3.541 mil em 2006, (R\$ 3.412 mil, em 2005), refere-se a fundo de desenvolvimento voltado a conceder bolsas de estudos e treinamento a empregados da Companhia que se enquadrem em política específica.

No ativo realizável a longo prazo, tendo em vista as incertezas quanto ao desfecho das ações objeto de depósitos, a Companhia tem por procedimento mantê-los por seu valor nominal, não registrando nenhum tipo de atualização monetária ou rendimento. O saldo está composto da seguinte forma.

	<u>2006</u>	<u>2005</u>
COFINS (a).....	11.132	11.132
Ações Previdenciárias - INSS (b).....	6.825	6.825
Autuações - ANEEL (c).....	6.317	6.317
Ações Trabalhistas de Responsabilidade do Estado (d).....	6.768	5.638
Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira - CPMF.....	144	-
	<u>31.186</u>	<u>29.912</u>

(a) Nota Explicativa 21.

- (b) Nota Explicativa 20.3.
- (c) Referem-se a dois depósitos com o objetivo de anular autuações da ANEEL lavradas em decorrência de perturbações verificadas no sistema de transmissão em fevereiro de 1999 e janeiro de 2002. O primeiro, efetuado em 17 de janeiro de 2000, no valor de R\$ 3.040 mil, foi requerido em ação anulatória iniciada pela Companhia contra a ANEEL, decorrente de auto de infração 001/1999-SFE que impôs multa à Companhia sob alegação de prática de violações por dificultar o trabalho de fiscalização relacionado às perturbações decorrentes da interrupção da transmissão e distribuição de energia elétrica em grande parte das Regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste; não cumprir as determinações do “relatório de fiscalização”; e não cumprir a incumbência legal de prestar serviço adequado. O segundo, efetuado em 17 de junho de 2003, no valor de R\$ 3.277 mil, resultante da lavratura do auto de infração 005/2002-SFE, em 07 de maio de 2002, em consequência de processo administrativo punitivo instaurado pela ANEEL, pelo rompimento, em 21 de janeiro de 2002, de um subcondutor de linha de transmissão de 440 kV entre as subestações da Companhia na Usina Hidrelétrica de Ilha Solteira e Araraquara. Os advogados da Companhia entendem não ser praticável determinar se a posição desta em ambos os casos prevalecerá.
- (d) Referem-se a depósitos judiciais efetuados pela Companhia, relativos a ações trabalhistas em andamento, de empregados aposentados, que são de responsabilidade do Estado de São Paulo (Lei Estadual 4.819/58).

10. ALIENAÇÃO DE BENS E DIREITOS

Centro Técnico de Manutenção de Equipamentos – CETEMEQ

Em 13 de abril de 1998, foi firmado Instrumento Particular de Cessão e Transferência de Direitos e Obrigações entre a EPTE - Empresa Paulista de Transmissão de Energia Elétrica S.A., incorporada pela Companhia em 10 de novembro de 2001, e a Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A., do imóvel localizado na Rua Lavapés, 463, Cambuci, São Paulo, no montante de R\$ 70.496 mil, a preço de mercado, que deveria ser pago em 21 parcelas iguais, mensais e sucessivas, com vencimento no 1º dia útil de cada mês, a partir de maio de 1998. A EPTE, tendo em vista as contestações da Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A., relativamente ao valor citado, e por não receber as parcelas, ajuizou, em 11 de fevereiro de 1999 e 18 de outubro de 2000, ações de execuções que se processam perante a 1ª e 36ª Vara Cível do Foro Central de São Paulo, respectivamente.

Em dezembro de 2000, o valor contábil líquido desse ativo, no montante de R\$ 4.904 mil, foi baixado do ativo imobilizado, sendo efetuados também os registros de venda, imposto de renda diferido incidente sobre o ganho apurado, provisão para créditos de liquidação duvidosa e créditos fiscais respectivos.

Tendo em vista as incertezas quanto à solução desse assunto, a Companhia mantém provisão para créditos de liquidação duvidosa, no valor total do saldo a receber.

11. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

11.1. Ativo

No ativo circulante, o saldo de R\$ 126.099 mil, sendo R\$ 92.720 mil de imposto de renda e R\$ 33.379 mil de contribuição social, refere-se aos impactos fiscais sobre a provisão para o Programa de Desligamento Voluntário - PDV.

No ativo realizável a longo prazo, referem-se a valores decorrentes das seguintes provisões.

	2006			2005
	I. Renda	C. Social	Total	Total
Contingências Trabalhistas.....	34.660	12.478	47.138	44.242
Contingências Cíveis.....	256	92	348	348
Contingências Fiscais.....	31.552	11.359	42.911	39.587
Contingências Previdenciárias.....	1.706	614	2.320	2.320
Créditos de Liquidação Duvidosa.....	17.198	297	17.495	22.742
Programa de Desligamento Voluntário - PDV.....	6.443	2.319	8.762	-
	<u>91.815</u>	<u>27.159</u>	<u>118.974</u>	<u>109.239</u>

As realizações desses créditos, tanto de curto como de longo prazo, ocorrerão à medida que as provisões que lhes deram origem, ora temporariamente indedutíveis e controladas na parte "B" do Livro de Apuração do Lucro Real – LALUR, tornarem-se despesas efetivas.

11.2. Passivo

No exigível a longo prazo, o saldo de R\$ 16.374 mil refere-se ao valor de imposto de renda sobre ganhos decorrentes da alienação do CETEMEQ (Nota Explicativa 10). Esse saldo será liquidado quando do efetivo recebimento das respectivas contas a receber.

12. DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE - ATIVO REGULATÓRIO DAS CONTRIBUIÇÕES PARA O PIS E A COFINS

De acordo com o contrato de Concessão de Transmissão firmado com a ANEEL, está assegurado à Companhia que a alteração de quaisquer tributos ou encargos legais implicará revisão da Receita Anual Permitida - RAP.

Em virtude dos efeitos produzidos pelas Leis 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 10.833 de 29 de dezembro de 2003, e 10.865 de 30 de abril de 2004, a Companhia teve impacto nos seus custos produzido pela majoração das alíquotas do Programa de Integração Social - PIS, a partir de dezembro de 2002, e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, a partir de fevereiro de 2004.

Os ativos regulatórios decorrentes da majoração das alíquotas da COFINS e do PIS, conforme determinação da ANEEL, por meio dos Ofícios Circulares 190 – SFF, de 01 de fevereiro de 2005 e 302 - SFF, de 25 de fevereiro de 2005, foram contabilizados no ativo realizável a longo prazo como "despesas pagas antecipadamente", em contrapartida às "deduções à receita operacional".

Para o ciclo tarifário iniciado em 1º de julho de 2006, a ANEEL editou a Resolução Homologatória 355/06, oferecendo como fundamento a Nota Técnica 224/2006-SFF/ANEEL, de 19 de junho de 2006, que estabeleceu novo entendimento sobre a incidência das alíquotas do PIS e da COFINS associada à prestação do serviço público de transmissão. Nessa nota técnica, a ANEEL apresentou um exaustivo estudo sobre o assunto em questão, caracterizando a não alteração do preço pré-determinado dos contratos de Concessão da Transmissão firmados anteriormente a 31 de outubro de 2003.

Analogamente, a Secretaria da Receita Federal publicou, em 04 de julho de 2006, a Instrução Normativa SRF 658, oferecendo interpretação idêntica à apresentada pela ANEEL no que se refere ao conceito de preço pré-determinado e conseqüente enquadramento dos contratos nos regimes de PIS e COFINS, de cumulatividade e de não cumulatividade, conforme o caso.

Em conseqüência desses posicionamentos, a Companhia recalculou o impacto da majoração das alíquotas dessas contribuições na receita, estornando R\$ 88.696 mil do saldo do ativo regulatório, sendo R\$ 17.143 mil a título de PIS, e R\$ 71.553 mil de COFINS.

A composição dos saldos desses ativos é a seguinte:

	31.12.06			31.12.05
	PIS	COFINS	Total	Total
Constituição				
Dez/02 a Dez/04.....	18.191	-	18.191	18.191
Fev/04 a Dez/04.....	-	44.411	44.411	44.411
Jan/05 a Dez/05.....	13.053	60.744	73.797	73.797
Jan/06 a Dez/06.....	6.842	31.474	38.316	-
	<u>38.086</u>	<u>136.629</u>	<u>174.715</u>	<u>136.399</u>
Realização				
Jul/05 a Dez/05.....	(8.818)	(26.541)	(35.359)	(35.359)
Jan/06 a Dez/06.....	(10.617)	(31.952)	(42.569)	-
	<u>(19.435)</u>	<u>(58.493)</u>	<u>(77.928)</u>	<u>(35.359)</u>
Nota Técnica 224/2006 - SFF/ANEEL				
Estorno - Set/06.....	(17.143)	(71.553)	(88.696)	-
Saldo.....	<u>1.508</u>	<u>6.583</u>	<u>8.091</u>	<u>101.040</u>

12.1. Constituição de Créditos Tributários

A Companhia considerou a Resolução Homologatória 355/06 que estabeleceu a nova RAP, refletindo o novo entendimento da ANEEL quanto à incidência das contribuições ao PIS e à COFINS, vigente a partir de 1º de julho de 2006, bem como a Instrução Normativa SRF 658, vigente a partir de 04 de julho de 2006, estabelecendo que as receitas decorrentes de contratos firmados anteriormente a 31 de outubro de 2003 deveriam ser tributadas pelo regime de cumulatividade à alíquota total de PIS e COFINS de 3,65%, retroativamente a fevereiro de 2004, quando da vigência da Lei 10.833, de 29 de dezembro de 2003, em vez do regime de não cumulatividade à alíquota de 9,25% que foram aplicados pela Companhia até maio de 2006.

Em decorrência desse novo entendimento, em setembro de 2006, a Companhia procedeu ao levantamento dos valores recolhidos a maior, no período de fevereiro de 2004 a maio de 2006, resultando no montante, atualizado de R\$ 176.544 mil, constituindo créditos tributários de R\$ 31.478 mil de PIS e R\$ 145.066 mil de COFINS que desde outubro de 2006, estão sendo utilizados em dedução dos recolhimentos, inclusive de imposto de renda e de contribuição social sobre o lucro líquido (Nota Explicativa 8 (a)). Esses créditos foram efetuados em contrapartidas de Deduções da Receita Bruta, no montante original de R\$ 142.688 mil, e de Receitas Financeiras no valor de R\$ 33.856 mil, correspondente à atualização com base na taxa SELIC – Sistema Especial de Liquidação e de Custódia.

13. ATIVO IMOBILIZADO

	2006		2005	
	<u>Custo Corrigido</u>	<u>Depreciação Acumulada</u>	<u>Saldo Líquido</u>	<u>Saldo Líquido</u>
Em Serviço				
Terrenos (a).....	44.680	-	44.680	82.237
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias.....	581.837	(352.654)	229.183	246.862
Máquinas e Equipamentos.....	5.014.143	(2.308.047)	2.706.096	2.736.149
Veículos.....	27.710	(25.199)	2.511	4.587
Móveis e Utensílios.....	23.042	(13.010)	10.032	10.407
	5.691.412	(2.698.910)	2.992.502	3.080.242
Em Curso.....	845.847	-	845.847	501.994
Obrigações Especiais (b)				
Doações Recebidas.....	(16.284)	-	(16.284)	(15.890)
	<u>6.520.975</u>	<u>(2.698.910)</u>	<u>3.822.065</u>	<u>3.566.346</u>

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e as instalações utilizados na transmissão são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução ANEEL 20, de 03 de fevereiro de 1999, regulamenta a desvinculação de bens das concessões do serviço público de energia elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando, ainda, que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada, para aplicação desses recursos nas atividades próprias da concessão.

- (a) Terrenos de propriedade da Companhia em São José dos Campos, cujo valor contábil monta a R\$ 114 mil, estão penhorados em garantia de execução fiscal de Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU (Nota Explicativa 20.2).
- (b) Obrigações especiais estão representadas por bens recebidos de concessionários do serviço público de energia elétrica e clientes, para a realização de investimentos na concessão.

14. TRIBUTOS A RECOLHER

	<u>2006</u>	<u>2005</u>
COFINS.....	4.579	7.800
Imposto de Renda - Ativo Regulatório (a).....	2.023	25.236
PIS.....	993	1.694
Contribuição Social - Ativo Regulatório (a).....	728	9.094
Taxa de Fiscalização - ANEEL.....	553	491
Imposto de Renda - Juros sobre o Capital Próprio.....	-	6.307
Contribuição Social sobre Ganho de Capital.....	-	5.247
Outros.....	1.398	1.274
	<u>10.274</u>	<u>57.143</u>

(a) Referem-se ao imposto de renda e contribuição social incidentes sobre o ativo regulatório (Nota Explicativa 12). A Companhia, em 11 de fevereiro de 2005, protocolou consulta à Secretaria da Receita Federal, questionando quanto ao enquadramento no inciso XI, do artigo 10, da Lei 10.833/03 e parágrafo 3º do artigo 2º da Instrução Normativa SRF 468/04, sendo assim, a Companhia aguarda pela apreciação de sua consulta.

15. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E ENCARGOS DE DÍVIDAS

	<u>2006</u>			<u>2005</u>
	<u>Encargos</u>	<u>Principal</u>		<u>Total</u>
		<u>Circulante</u>	<u>Longo Prazo</u>	
Moeda Estrangeira				
Instituições Financeiras.....	-	-	-	10.241
Moeda Nacional				
ELETROBRÁS.....	6	50	586	642
	<u>6</u>	<u>50</u>	<u>586</u>	<u>10.934</u>

15.1. Instituições Financeiras

Refere-se ao contrato de crédito com o Banco Société Générale, assinado em 13 de maio de 1998, no valor original de FRF 269.528 mil, correspondente a Euros 41.089 mil, com aval do Banco Real S.A. Sobre esse financiamento, que contribuiu para os investimentos na subestac o Miguel Reale, incidiram juros semestrais   taxa de 6,38% ao ano. Para o Banco Real S.A., comissão p s-embarque de 2,25%, foi paga semestralmente de forma antecipada, incidente sobre o saldo desembolsado.

A amortiza o foi efetuada em 10 parcelas semestrais, iguais e consecutivas, teve início em novembro de 2001 e término em maio de 2006.

15.2. ELETROBRÁS

Referem-se a dois contratos originalmente celebrados com a Eletropulo – Eletricidade de São Paulo S.A., pela sua cisão parcial foram vertidos à EPTE – Empresa Paulista de Transmissão de Energia Elétrica S.A., que por sua vez foi incorporada pela Companhia, com término previsto para 2021, sendo o principal amortizado em R\$ 50 mil ao ano.

16. SALÁRIOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

	<u>2006</u>	<u>2005</u>
INSS a Recolher.....	4.322	4.784
FGTS a Recolher.....	1.946	2.281
Imposto de Renda Retido dos Empregados a Recolher.....	2.801	2.545
Programa Bolsa de Estudos (a).....	3.532	3.408
Demais Contribuições a Recolher.....	41	281
	<u>12.642</u>	<u>13.299</u>

(a) Refere-se a obrigações assumidas pela Companhia, em acordo firmado com os sindicatos, com vistas a reembolsar seus empregados de custos com a conclusão de sua formação no ensino fundamental, médio e superior.

17. PROGRAMA DE DESLIGAMENTO VOLUNTÁRIO – PDV

A Companhia, que contava com 2.737 empregados em 31 de outubro de 2006, aprovou Programa de Desligamento Voluntário - PDV com período de adesão de 21 a 30 de novembro, obtendo 1.534 adesões.

Em decorrência desse fato, houve 323 desligamentos de empregados até 31 de dezembro de 2006, ao custo total de R\$ 78.979 mil (valores pagos). Adicionalmente, foi constituída provisão de R\$ 396.651 mil (valores a pagar em 31 de dezembro de 2006) para o restante dos desligamentos que prosseguem em 2007. As despesas com o PDV incluem incentivos financeiros, multa do FGTS, aviso prévio, assistência médica, entre outros.

18. OBRIGAÇÕES ESTIMADAS

	<u>2006</u>	<u>2005</u>
Férias e Gratificação de Férias.....	22.200	19.178
Encargos Sociais sobre 13º Salário, Férias e Gratificação de Férias.....	9.020	7.977
Participação nos Lucros e Resultados (a).....	17.155	16.448
	<u>48.375</u>	<u>43.603</u>

(a) A participação nos lucros e resultados aos empregados foi registrada nos termos do Decreto 41.497/96, observadas as premissas estabelecidas no Acordo Coletivo de Trabalho de 2006/2007.

19. VALORES A PAGAR – FUNDAÇÃO CESP

Os valores do passivo circulante, bem como do passivo exigível a longo prazo, referem-se aos saldos de dois contratos de Confissão de Dívidas para Financiamentos de Déficit Atuarial com a Fundação CESP, totalizando R\$ 232.181 mil (R\$ 233.910 mil, em 2005), alusivos aos planos de Benefício Suplementar Proporcional Saldado - BSPS, com vencimentos mensais e termos previstos para setembro e novembro de 2017, atualizados pela variação do custo atuarial (IGP-DI acrescido de juros de 6% ao ano) ou pela variação da TR acrescida de juros de 8% ao ano, sendo aplicado o maior dos dois índices.

Conforme definido nos respectivos contratos, quando dos encerramentos dos exercícios, os saldos são ajustados para fins de determinação das parcelas de contribuições para o ano subsequente, em virtude dos déficits ou superávits atuariais, calculados de acordo com a metodologia atuarial da Fundação CESP.

Em 31 de dezembro de 2006 e de 2005, os cálculos dos passivos com entidade de previdência privada, conforme requerido pela Deliberação CVM 371/00, não resultaram na necessidade de constituição de passivos adicionais (Nota Explicativa 29).

20. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

Espécie	2006			2005		
	Provisão	Depósitos Judiciais	Passivo Líquido	Provisão	Depósitos Judiciais	Passivo Líquido
Trabalhistas.....	138.639	7.621	131.018	130.124	6.597	123.527
Cíveis.....	1.023	-	1.023	1.023	-	1.023
Fiscais - IPTU.....	126.209	-	126.209	116.430	-	116.430
Previdenciárias - INSS....	6.825	-	6.825	6.825	-	6.825
	<u>272.696</u>	<u>7.621</u>	<u>265.075</u>	<u>254.402</u>	<u>6.597</u>	<u>247.805</u>

As contingências, nas suas diferentes espécies, foram avaliadas e classificadas segundo probabilidades de risco econômico-financeiro para a Companhia, como demonstrado a seguir:

Espécie	Expectativa de Perda							
	Provável		Possível		Remota		Total	
	2006	2005	2006	2005	2006	2005	2006	2005
Trabalhistas.....	138.639	130.124	15.172	6.049	216.516	198.636	370.327	334.809
Cíveis.....	1.023	1.023	1.467	1.173	32.178	10.716	34.668	12.912
Fiscais - IPTU.....	126.209	116.430	-	-	-	-	126.209	116.430
Previdenciárias - INSS....	6.825	6.825	-	-	-	-	6.825	6.825
	<u>272.696</u>	<u>254.402</u>	<u>16.639</u>	<u>7.222</u>	<u>248.694</u>	<u>209.352</u>	<u>538.029</u>	<u>470.976</u>

A expectativa de perda para cada contingência, resultando em desfecho desfavorável para a Companhia, classifica-se da seguinte forma:

- Provável - causas de grande possibilidade de ocorrência, de 61 a 100%;
- Possível - causas de possibilidades médias de ocorrência, de 41 a 60%; e
- Remota - causas de possibilidades pequenas de ocorrência, até 40%.

Contabilmente, são constituídas provisões somente para as contingências classificadas como de perda provável.

Periodicamente, as ações são reavaliadas e as provisões são complementadas, se necessário.

20.1. Trabalhistas

A Companhia assumiu a responsabilidade por certos processos judiciais, perante diferentes tribunais, advindos principalmente dos processos de cisão parcial da CESP - Companhia Energética de São Paulo e de incorporação da EPTE - Empresa Paulista de Transmissão de Energia Elétrica S.A.

20.2. Fiscais - IPTU

Provisão efetuada para fazer face aos débitos com as Prefeituras de São Paulo e São José dos Campos.

20.3. Previdenciárias - INSS

Em 10 de agosto de 2001, a Companhia foi notificada pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS por não recolher contribuições sobre remunerações pagas aos empregados, a título de vale-refeição, lanche matinal e cesta-básica, relativas ao período de abril de 1999 a julho de 2001. Conseqüentemente, a Administração deliberou pela constituição de provisão, efetuando o respectivo depósito judicial no montante de R\$ 6.825 mil, contabilizado no ativo realizável a longo prazo, na rubrica "Cauções e depósitos vinculados" (Nota Explicativa 9 (b)).

21. PROVISÃO PARA ENCARGOS FISCAIS E TRIBUTÁRIOS

A Companhia questiona judicialmente a constitucionalidade da majoração de alíquota da COFINS de 2% para 3%, e a ampliação da base de cálculo, incluindo as receitas financeiras e as receitas não operacionais, nos termos da Lei 9.718, de 27 de novembro de 1999.

Nesse sentido, a Companhia contabilizou as provisões no valor de R\$ 38.524 mil, sendo que, o montante de R\$ 27.392 mil corresponde a majoração de alíquota, com depósito judicial, perfazendo um passivo líquido de R\$ 11.132 mil. Esse passivo líquido refere-se a ampliação da base de cálculo onde a Companhia entende ter um desfecho favorável e conta também com um depósito judicial de mesmo valor contabilizado no ativo realizável a longo prazo, na rubrica "Cauções e depósitos vinculados" (Nota Explicativa 9 (a)).

A partir de fevereiro de 2004, com a vigência da Lei 10.833, de 29 de dezembro de 2003, que trata da incidência não-cumulativa da COFINS, a Companhia passou a efetuar os recolhimentos conforme determinação da nova Lei. A provisão para os encargos fiscais e tributários e os depósitos judiciais não são atualizados monetariamente.

22. OBRIGAÇÕES ESPECIAIS - REVERSÃO/AMORTIZAÇÃO

Referem-se aos recursos derivados da reserva de reversão e amortização e parcela retida na Companhia, das quotas mensais da Reserva Global de Reversão - RGR, relativas a aplicações de recursos em investimentos para expansão do serviço público de energia elétrica e amortização de empréstimos captados para a mesma finalidade, ocorridos até 31 de dezembro de 1971. Não está definida pelo Poder Concedente a forma de liquidação dessas obrigações.

23. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

23.1. Capital Social

O capital social autorizado da Companhia é de R\$ 1.469.090 mil, sendo R\$ 615.696 mil em ações ordinárias e R\$ 853.394 mil em ações preferenciais, todas nominativas escriturais e sem valor nominal.

O capital social subscrito e integralizado totaliza R\$ 462.000 mil, dividido em 149.285.035 mil ações, sendo 62.558.663 mil ordinárias e 86.726.372 mil preferenciais.

As ações preferenciais não possuem direito a voto tendo, no entanto, prioridade no reembolso de capital e no recebimento de dividendos de 10% ao ano, não-cumulativos, calculados sobre o capital integralizado correspondente a essa espécie de ações.

23.2. Composição Acionária da Companhia

Os principais acionistas da Companhia, em 31 de dezembro são como segue:

	2006					
	Quantidades de Ações - Em Unidades					
	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
Ações de Controle						
Controlador						
ISA Capital do Brasil S.A.	31.351.911.751	50,12	-	-	31.351.911.751	21,00
Administradores						
Diretores.....	-	-	212.710	-	212.710	-
Conselho de Administração.....	16	-	32	-	48	-
Conselho Fiscal.....	-	-	-	-	-	-
	16	-	212.742	-	212.758	-
Total das Ações de Controle.....	31.351.911.767	50,12	212.742	-	31.352.124.509	21,00
Ações em Circulação						
Governo do Estado de São Paulo						
Secretaria de Estado dos						
Negócios da Fazenda.....	198	-	9.338.731.250	10,77	9.338.731.448	6,26
CESP - Companhia Energética de São Paulo.....	-	-	2.415.888.838	2,79	2.415.888.838	1,62
Companhia do Metropolitano de São Paulo - METRÔ.....	-	-	2.252.873.385	2,60	2.252.873.385	1,51
Outros.....	700	-	3.489.444	-	3.490.144	-
	898	-	14.010.982.917	16,16	14.010.983.815	9,39
Governo Federal						
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRÁS.....						
	6.160.836.510	9,85	46.522.459.775	53,64	52.683.296.285	35,29
União Federal.....	9.556.150.967	15,28	120.794	-	9.556.271.761	6,40
BNDES Part S.A. BNDESPAR.....	-	-	2.476.097.206	2,86	2.476.097.206	1,66
LIGHTPAR - Light Participações S.A.....	-	-	979.189.800	1,13	979.189.800	0,66
	15.716.987.477	25,13	49.977.867.575	57,63	65.694.855.052	44,01
Outros						
CESPINVEST - Clube de Investimentos (a).....	8.870.264.655	14,18	-	-	8.870.264.655	5,94
UBS AG London Branch.....	11.300.000	0,02	1.931.900.000	2,23	1.943.200.000	1,30
Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil.....	296.439.000	0,47	1.290.757.697	1,49	1.587.196.697	1,06
L Parisotto Participações Ltda.....	-	-	1.580.520.000	1,82	1.580.520.000	1,06
Morgan Stanley Uruguay Ltda.....	28.600.000	0,05	1.380.100.000	1,59	1.408.700.000	0,94
Merrill Lynch International.....	278.400.000	0,44	772.321.000	0,89	1.050.721.000	0,70
The Bank of New York - ADR Department.....	36.999.000	0,06	51.511.200	0,06	88.510.200	0,06
Outros (b).....	5.967.760.006	9,53	15.730.199.062	18,13	21.697.959.068	14,54
	15.489.762.661	24,75	22.737.308.959	26,21	38.227.071.620	25,60
Total das Ações em Circulação.....	31.206.751.036	49,88	86.726.159.451	100,00	117.932.910.487	79,00
Total Geral.....	62.558.662.803	100,00	86.726.372.193	100,00	149.285.034.996	100,00

2005						
Quantidades de Ações - Em Unidades						
Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%	
Governo do Estado de São Paulo e Companhias Ligadas - (Controle)						
Secretaria de Estado dos						
Negócios da Fazenda.....	38.270.778.120	61,18	11.591.729.635	13,37	49.862.507.755	33,40
CESP - Companhia Energética de São Paulo.....	-	-	2.415.888.838	2,78	2.415.888.838	1,62
Companhia do Metropolitano de						
São Paulo - METRÔ.....	1.979.332.142	3,16	-	-	1.979.332.142	1,33
Outros.....	8.777.700	0,01	3.489.444	-	12.267.144	-
	<u>40.258.887.962</u>	<u>64,35</u>	<u>14.011.107.917</u>	<u>16,15</u>	<u>54.269.995.879</u>	<u>36,35</u>
Administradores						
Diretores.....	-	-	212.710	-	212.710	-
Conselho de Administração.....	27	-	23.776	-	23.803	-
Conselho Fiscal.....	-	-	-	-	-	-
	<u>27</u>	<u>-</u>	<u>236.486</u>	<u>-</u>	<u>236.513</u>	<u>-</u>
Total das Ações de Controle.....	<u>40.258.887.989</u>	<u>64,35</u>	<u>14.011.344.403</u>	<u>16,15</u>	<u>54.270.232.392</u>	<u>36,35</u>
Ações em Circulação						
Governo Federal						
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. -						
ELETOBRÁS.....	6.160.836.510	9,85	46.522.459.775	53,64	52.683.296.285	35,29
União Federal.....	9.556.150.967	15,28	-	-	9.556.150.967	6,40
BNDES Part S.A. BNDESPAR.....	-	-	2.476.097.206	2,86	2.476.097.206	1,66
LIGHTPAR - Light Participações S.A.....	-	-	979.189.800	1,13	979.189.800	0,66
	<u>15.716.987.477</u>	<u>25,13</u>	<u>49.977.746.781</u>	<u>57,63</u>	<u>65.694.734.258</u>	<u>44,01</u>
Outros						
Credit S Fir Bos Eur Limited.....	357.600.000	0,57	1.319.458.000	1,52	1.677.058.000	1,12
Caixa de Previdência dos						
Funcionários do Banco do Brasil.....	296.439.000	0,47	1.348.157.697	1,55	1.644.596.697	1,10
Fundação Petrobrás de Seguridade						
Social - PETROS.....	-	-	1.627.209.138	1,88	1.627.209.138	1,09
Morgan Stanley Uruguay Ltda.....	28.600.000	0,05	1.307.800.000	1,51	1.336.400.000	0,90
Merrill Lynch International.....	278.400.000	0,44	775.600.000	0,89	1.054.000.000	0,71
The Bank of New York -						
ADR Department.....	36.999.000	0,06	74.950.200	0,09	111.949.200	0,07
Outros (b).....	5.584.749.337	8,93	16.284.105.974	18,78	21.868.855.311	14,65
	<u>6.582.787.337</u>	<u>10,52</u>	<u>22.737.281.009</u>	<u>26,22</u>	<u>29.320.068.346</u>	<u>19,64</u>
Total das Ações em Circulação.....	<u>22.299.774.814</u>	<u>35,65</u>	<u>72.715.027.790</u>	<u>83,85</u>	<u>95.014.802.604</u>	<u>63,65</u>
Total Geral.....	<u>62.558.662.803</u>	<u>100,00</u>	<u>86.726.372.193</u>	<u>100,00</u>	<u>149.285.034.996</u>	<u>100,00</u>

- (a) Refere-se ao clube de investimentos dos empregados ativos e aposentados que participaram da oferta de ações, decorrente do processo de alienação do controle acionário da CTEEP.
- (b) Inclui acionistas que, individualmente, são detentores de quantidade de ações em percentual inferior a 5% do total de cada espécie e classe.

23.3. Posição acionária por espécie e classe, de todo aquele que detiver mais de 5% das ações de cada espécie e classe do Capital Social da Companhia, de forma direta ou indireta até o nível de pessoa física

	2006					
	Quantidades de Ações - Em Unidades					
	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
ISA Capital do Brasil S.A.						
Interconexión Eléctrica S.A. E.S.P.	506.200.995	100,00	-	-	506.200.995	100,00
Conselho de Administração.....	5	-	-	-	5	-
	<u>506.201.000</u>	<u>100,00</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>506.201.000</u>	<u>100,00</u>
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRÁS						
União Federal.....	244.328.120.835	53,99	17.595.501.100	15,68	261.923.621.935	46,38
BNDES Part S.A. - BNDESPAR.....	66.878.975.753	14,78	-	-	66.878.975.753	11,84
FND - Fundo Nacional de Desenvolvimento.....	22.810.794.898	5,04	-	-	22.810.794.898	4,04
FGP - Fundo Garantidor das Parcerias Público Privadas.....	20.000.000.000	4,42	-	-	20.000.000.000	3,54
Outros.....	98.493.872.064	21,77	94.641.986.275	84,32	193.135.858.339	34,20
	<u>452.511.763.550</u>	<u>100,00</u>	<u>112.237.487.375</u>	<u>100,00</u>	<u>564.749.250.925</u>	<u>100,00</u>
BNDES Part S.A. - BNDESPAR						
BNDES.....	1	100,00	-	-	1	100,00
BNDES						
União Federal.....	6.273.711.452	100,00	-	-	6.273.711.452	100,00

	2005					
	Quantidades de Ações - Em Unidades					
	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRÁS						
União Federal.....	264.328.120.835	58,41	17.595.501.100	15,68	281.923.621.935	49,92
BNDES Part S.A. - BNDESPAR.....	66.878.975.753	14,78	-	-	66.878.975.753	11,84
FND - Fundo Nacional de Desenvolvimento.....	22.810.794.898	5,04	-	-	22.810.794.898	4,04
Outros.....	98.493.872.064	21,77	94.641.986.275	84,32	193.135.858.339	34,20
	<u>452.511.763.550</u>	<u>100,00</u>	<u>112.237.487.375</u>	<u>100,00</u>	<u>564.749.250.925</u>	<u>100,00</u>
BNDES Part S.A. - BNDESPAR						
BNDES.....	1	100,00	-	-	1	100,00
BNDES						
União Federal.....	6.273.711.452	100,00	-	-	6.273.711.452	100,00

23.4. Reserva de Capital

O saldo desta rubrica, em 31 de dezembro de 2006, permaneceu inalterado, em relação ao exercício anterior.

	<u>2006 / 2005</u>
Subvenções para Investimentos - CRC.....	1.802.084
Remuneração das Imobilizações em Curso (a).....	633.053
Doações e Subvenções para Investimentos.....	150.489
Incentivos Fiscais - FINAM.....	<u>6.743</u>
	<u><u>2.592.369</u></u>

- (a) Trata-se de créditos resultantes da capitalização da remuneração calculada sobre os recursos de capital próprio utilizados durante a construção de ativos imobilizados, aplicada às obras em andamento e que somente pode ser utilizada para aumento de capital. A partir de 1999, a Companhia abandonou essa prática, conforme facultado pelo Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica.

23.5. Reserva de Lucro

	<u>2006</u>	<u>2005</u>
Reserva Legal.....	92.400	86.894
Reserva Estatutária.....	46.200	46.200
Reserva de Lucros a Realizar.....	<u>44.093</u>	<u>46.800</u>
	<u><u>182.693</u></u>	<u><u>179.894</u></u>

a. Reserva Legal

Constituída em 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação, até o limite de 20% do capital social, assim, com a apropriação correspondente a este exercício atingiu o limite.

b. Reserva Estatutária

O Estatuto Social da Companhia prevê a constituição dessa reserva à taxa de 20% do lucro líquido do exercício, deduzido da reserva legal e dos dividendos mínimos obrigatórios, até o limite de 10% do capital social. Dessa forma, em 31 de dezembro de 2002, com a apropriação de parte do lucro daquele exercício, essa reserva atingiu o seu limite, não comportando novas apropriações nos exercícios subseqüentes.

c. Reserva de Lucros a Realizar

Os lucros não realizados resultam de saldo credor de correção monetária líquida de balanço até 1995. Essa reserva é realizada na proporção da depreciação do ativo imobilizado. Os montantes realizados são transferidos para a conta "Lucros acumulados", mensalmente.

23.6. Distribuição de Proventos aos Acionistas

De acordo com os incisos III e IV do artigo 36, do Estatuto Social da Companhia, os dividendos obrigatórios, calculados sobre o capital social integralizado de cada espécie de ações, serão:

- de 10% ao ano às ações preferenciais; e
- observada a suficiência de saldo, de 10% ao ano às ações ordinárias.

a. Juros Remuneratórios sobre o Capital Próprio

De acordo com a Lei 9.249, de 26 de dezembro de 1995, as pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real podem pagar juros remuneratórios sobre o capital próprio aos seus acionistas, condicionado à existência de lucros auferidos antes da dedução dos juros remuneratórios ou sobre o montante dos lucros acumulados e reservas de lucros, limitados, em ambas situações, a 50% do valor das respectivas contas, possibilitando a dedutibilidade para efeitos fiscais dos juros pagos ou creditados aos acionistas.

Em reunião ordinária realizada em 15 de maio de 2006, o Conselho de Administração deliberou sobre a destinação de juros remuneratórios sobre o capital próprio aos acionistas, no montante de R\$ 54.354 mil, correspondente a R\$ 0,3640954 por lote de mil ações (preferenciais e ordinárias). Metade desse montante foi paga aos acionistas em 01 de dezembro de 2006, e a outra metade será paga em até 60 dias após a Assembléia Geral Ordinária de aprovação das demonstrações contábeis do exercício de 2006.

Os juros remuneratórios assim creditados ou pagos poderão, nos termos do parágrafo 7º do artigo 9º. da Lei 9.249/95, ser imputados ao valor dos dividendos de que trata o artigo 202 da Lei 6.404/76, e o parágrafo 2º. do artigo 36 do Estatuto Social da Companhia.

b. Lucro do Exercício e Lucros Acumulados

Do lucro líquido do exercício, após constituição e realização de reservas, apura-se o lucro a distribuir de R\$ 114.953 mil que, deduzido dos juros remuneratórios sobre o capital próprio, já declarados, de R\$ 54.354 mil, apresenta saldo de R\$ 60.599 mil. A Administração propõe a destinação total desse saldo aos acionistas na forma de dividendos complementares.

De outra parte, considerando a retenção de lucros no exercício de 2005, no valor de R\$ 109.658 mil, para atender ao orçamento de capital da Companhia para 2006 no valor de R\$ 687.100 mil e considerando a realização desse orçamento em 2006 no valor de R\$ 472.215 mil bem como a atual condição de empresa privada da CTEEP, que não mais é afetada pela regras de contingenciamento da dívida do setor público e conseqüentes restrições ao financiamento de projetos, a Administração propõe também a destinação de R\$ 85.000 mil de dividendos para fins de distribuição de parte do referido lucro retido, valor compatível com as reservas de caixa da Companhia e com as suas possibilidades de acesso a financiamentos adequados para atender ao seu programa de investimentos.

	<u>2006</u>	<u>2005</u>
Lucro Líquido do Exercício.....	117.752	468.277
Constituição da Reserva Legal.....	(5.506)	(23.414)
Realização da Reserva de Lucros a Realizar - Correção Monetária Complementar - Lei 8.200/91.....	2.707	1.449
Base de Cálculo para Destinação.....	114.953	446.312
Juros Remuneratórios sobre o Capital Próprio.....	(54.354)	(239.354)
Saldo à Disposição da AGO.....	<u>60.599</u>	<u>206.958</u>
Destinação Proposta		
Dividendos Complementares.....	60.599	97.300
Dividendos com base nos Lucros Acumulados.....	85.000	-
Lucro Retido.....	-	109.658
	<u>145.599</u>	<u>206.958</u>

c. Distribuição Total de Proventos

Juros Remuneratórios sobre o Capital Próprio.....	54.354	239.354
Dividendos Complementares.....	60.599	97.300
Lucros Acumulados.....	85.000	-
	<u>199.953</u>	<u>336.654</u>
Dividendos Obrigatórios.....	<u>46.200</u>	<u>46.200</u>

Dessa forma a destinação total aos acionistas no montante de R\$ 199.953 mil, corresponde a R\$ 1,34 por lote de mil ações.

24. REVISÃO PERIÓDICA DA RECEITA ANUAL PERMITIDA

Em conformidade com o Contrato de Concessão 59, assinado em 20 de junho de 2001 com a União, por intermédio da ANEEL, a cada quatro anos, após a data de assinatura desse contrato, a ANEEL procederá à revisão periódica da Receita Anual Permitida - RAP de transmissão de energia elétrica referente às instalações de projetos autorizados que entraram em operação comercial após 31 de dezembro de 1999, com o objetivo de promover a eficiência e modicidade tarifária, conforme regulamentação específica a ser expedida pela ANEEL.

Provisoriamente, para os ciclos tarifários de julho de 2005 a junho de 2006, e de julho de 2006 a junho de 2007, a ANEEL autorizou por intermédio das Resoluções Homologatórias 149/05 e 355/06, respectivamente, reajustes da RAP com base nas variações do IGP-M, para aqueles períodos, até que conclua o processo da revisão periódica, em andamento. Os efeitos dessa revisão, prevista para julho de 2007, deverão ser aplicados retroativamente a 01 de julho de 2005.

24.1. Audiência Pública para a Revisão Tarifária Periódica das Concessionárias de Transmissão de Energia Elétrica

Conforme Aviso de Audiência Pública 007/2006, de 18 de abril de 2006, a ANEEL realizou Audiência Pública, com Sessão ao Vivo–Presencial, em 12 de julho de 2006, referente aos critérios e procedimentos a serem utilizados no processo de Revisão Tarifária Periódica das Concessionárias de Transmissão de Energia Elétrica. O período para recebimento de contribuições teve início em 24 de abril e terminou em 07 de julho de 2006. A CTEEP está incluída neste processo e dele participa, juntamente com outras 11 concessionárias.

A Nota Técnica 068/2006 e respectivos anexos, integrantes da referida Audiência Pública, apresentam os critérios e procedimentos a serem utilizados no processo de revisão tarifária periódica das remunerações das instalações de transmissão de energia elétrica. As metodologias e dados utilizados são como segue:

- Estrutura de Capital;
- Custo de Capital;
- Base de Remuneração de Ativos;
- Custos Operacionais;
- Receitas Autorizadas;
- Outras Receitas; e
- Revisão de Leilões.

Após o estabelecimento dos procedimentos gerais, os processos de cada transmissora serão apresentados em audiências públicas. A revisão tarifária periódica das empresas de transmissão deverá ser concluída em julho de 2007, com a divulgação dos índices de reposicionamento da Receita Anual Permitida - RAP, retroativos a 1º de julho de 2005.

25. RECEITA DE USO DA REDE ELÉTRICA

A receita de uso da rede elétrica da Companhia, acumulada no exercício de 2006, alcançou R\$ 1.387.070 mil (R\$ 1.276.361 mil, em 2005), incluindo R\$ 162.161 mil (R\$ 144.324 mil, em 2005), referentes a novos projetos que entraram em operação comercial após 31 de dezembro de 1999. Essas receitas são compostas como segue:

	<u>2006</u>	<u>2005</u>
Rede Básica		
Ativos Existentes.....	1.038.691	889.210
Novos Investimentos.....	140.590	135.422
Superávit (Déficit).....	<u>2.481</u>	<u>(2.932)</u>
	<u>1.181.762</u>	<u>1.021.700</u>
Demais Instalações de Transmissão - DIT		
Ativos Existentes.....	84.754	204.045
Novos Investimentos.....	<u>21.571</u>	<u>8.902</u>
	<u>106.325</u>	<u>212.947</u>
Encargos		
Conta de Consumo de Combustível - CCC.....	59.747	28.430
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE.....	37.941	16.247
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA.....	<u>6.635</u>	<u>610</u>
	<u>104.323</u>	<u>45.287</u>
Parcela de Ajuste.....	<u>(5.340)</u>	<u>(3.573)</u>
	<u>1.387.070</u>	<u>1.276.361</u>

25.1. Receita Anual Permitida - RAP da Subestação Miguel Reale

Em dezembro de 2002, a ANEEL autorizou à CTEEP, a implementar o projeto “Ampliação da Subestação Miguel Reale”, cujo valor de investimento utilizado para o cálculo das parcelas de RAP foi de R\$ 323.236 mil.

Em setembro de 2004, a ANEEL executou fiscalização com a finalidade de validar os valores dos investimentos realizados na mencionada obra, concluindo que os valores desses investimentos deveriam ser reduzidos, para fins de fixação de nova parcela de RAP, retroativamente a julho de 2004, no montante de R\$ 232.164 mil.

Em decorrência da redução dos investimentos do mencionado projeto, a correspondente parcela anual da RAP a partir de julho de 2005, foi então reduzida em R\$ 32.251 mil. A Companhia considera improcedente essa redução e pleiteou junto à ANEEL, através do Ofício OF/F/2828, de 08 de julho de 2005, sua reposição.

Em 02 de março de 2006, por meio do Ofício 321/2006 – SFF/ANEEL, a Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira da ANEEL encaminhou o Relatório de Acompanhamento da Fiscalização – RAF que analisou o pleito da CTEEP e manteve o posicionamento inicial daquela Superintendência.

Em 23 de março de 2006, por meio do Ofício OF/F/1372/2006, a CTEEP apresentou Recurso Administrativo junto à ANEEL, solicitando a revisão do posicionamento daquela Superintendência.

26. OUTRAS RECEITAS

As outras receitas operacionais que totalizaram R\$ 14.276 mil (R\$ 44.303 mil, em 2005) referem-se principalmente a aluguéis da rede para empresa de telefonia fixa e prestações de serviços relacionados a manutenção e análises técnicas contratadas por terceiros.

Em novembro de 2005, a Companhia recebeu R\$ 35.519 mil decorrentes de acordo com a Telecomunicações de São Paulo S.A. - TELESP, relacionado à utilização por esta da rede de transmissão da CTEEP, no período de julho de 2002 a dezembro de 2005. Paralelamente, foi assinado contrato de mesmo objeto com 36 parcelas mensais de R\$ 743 mil, tendo início em 01 de dezembro de 2005 e término em 30 de novembro de 2008, com atualização de acordo com a variação anual do IGP-M.

27. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	<u>2006</u>	<u>2005</u>
Receitas		
Rendimento de Aplicações Financeiras.....	78.403	120.124
Juros sobre Valores a Receber - Secretaria da Fazenda.....	5.154	7.587
Atualização de Créditos Tributários - PIS/COFINS.....	36.126	-
Outras.....	11.095	4.823
	<u>130.778</u>	<u>132.534</u>
Despesas		
Encargos de Dívidas.....	(8.192)	(10.510)
Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira - CPMF.....	(6.728)	(6.652)
Encargos sobre RGR.....	(930)	(1.116)
Outras.....	(1.102)	(1.488)
	<u>(16.952)</u>	<u>(19.766)</u>
Variações Monetárias		
Ativas.....	4.809	19.162
Passivas.....	(4.712)	(8.766)
	<u>97</u>	<u>10.396</u>

28. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO

A Companhia provisiona mensalmente as parcelas para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, obedecendo ao regime de competência, apurados com base nos balanços mensais (suspensão e redução).

28.1. Conciliação do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido

As despesas tributárias são apuradas com base nas alíquotas vigentes, no montante de 34%, sendo 25% ao imposto de renda e 9% à contribuição social sobre o lucro líquido.

	2006		2005	
	I. Renda	C. Social	I. Renda	C. Social
Resultado antes da Tributação.....	105.581	105.581	358.359	358.359
Despesa de Impostos Esperada.....	(26.395)	(9.502)	(89.590)	(32.252)
Efeitos Fiscais sobre:				
Amortização do Deságio.....	6.614	1.578	7.602	1.860
Outras.....	(11.723)	(2.755)	(13.545)	(3.511)
	(5.109)	(1.177)	(5.943)	(1.651)
Despesa de Impostos Efetiva.....	(31.504)	(10.679)	(95.533)	(33.903)

28.2. Demonstrativo Analítico dos Tributos

	2006		2005	
	I. Renda	C. Social	I. Renda	C. Social
Resultado antes da Tributação.....	105.581	105.581	358.359	358.359
Provisão para Contingências Trabalhistas.....	8.516	8.516	21.493	21.493
Provisão para Contingência Fiscal - IPTU.....	9.778	9.778	16.009	16.009
Provisão para Programa de Desligamento Voluntário - PDV.....	396.651	396.651	-	-
Provisão para Participação nos Lucros e Resultados.....	17.155	17.155	16.448	16.448
Provisão para Perdas - FINAM.....	-	-	851	851
Deságio na Aquisição de Investimento.....	26.458	17.532	30.407	20.670
Reversão de Provisões.....	(22.529)	(22.529)	(20.645)	(20.645)
Ativo Regulatório - Constituição.....	(38.316)	(38.316)	(73.797)	(73.797)
Ativo Regulatório - Realização.....	42.569	42.569	35.359	35.359
Ativo Regulatório - Estorno.....	88.696	88.696	-	-
Incentivo Fiscal - Lei Rouanet.....	640	640	650	650
Outros.....	441	282	504	365
Lucro - Base de Cálculo.....	635.640	626.555	385.638	375.762
Alíquota de 15%.....	(95.346)		(57.846)	
Alíquota de 10%.....	(63.540)		(38.539)	
Alíquota de 9%.....		(56.390)		(33.819)
Incentivos Fiscais.....	810		1.086	
Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social.....	(158.076)	(56.390)	(95.299)	(33.819)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos				
Constituição para Provisão - Trabalhistas.....	2.129	766	5.373	1.934
Constituição para Provisão - IPTU.....	2.444	880	4.002	1.441
Constituição para Provisão - Ativo Regulatório.....	23.213	8.365	(9.609)	(3.459)
Constituição para Provisão - PDV.....	99.163	35.700	-	-
Constituição para Provisão - Outras.....	(377)	-	-	-
	126.572	45.711	(234)	(84)
Despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social.....	(31.504)	(10.679)	(95.533)	(33.903)

29. PLANOS DE APOSENTADORIAS E PENSÃO AOS EMPREGADOS

Através da Fundação CESP, são mantidos planos de complementação e suplementação de aposentadoria e pensão aos empregados da Companhia.

29.1. Plano “A” - Complementação de Aposentadorias

Regido pela Lei Estadual 4.819/58, que se aplica aos empregados admitidos até 13 de maio de 1974, prevê benefícios de complementação de aposentadorias e pensão, licença-prêmio e salário-família. Os recursos necessários para fazer face aos encargos assumidos nesse plano são de total responsabilidade dos órgãos competentes do Governo do Estado de São Paulo, portanto, sem risco e custo adicional para a Companhia (Nota Explicativa 34).

29.2. Plano “B” e “B1” - Suplementação de Aposentadorias

Os Planos “B” e “B1”, regidos pela Lei 6.435/77 e administrados pela Fundação CESP, têm por entidade patrocinadora a própria Companhia, proporcionando benefícios de suplementação de aposentadorias e pensão, cujas reservas são determinadas pelo regime financeiro de capitalização.

O chamado Plano “B” refere-se a Benefício Suplementar Proporcional Saldado - BSPS, calculado nas datas de 31 de dezembro de 1997 (CTEEP) e 31 de março de 1998 (EPTE), de acordo com o regulamento vigente, sendo o seu equilíbrio econômico-financeiro atuarial equacionado à época. O resultado técnico atuarial anual desse plano (déficit ou superávit) é de responsabilidade integral da Companhia.

Em 01 de janeiro de 1998 (CTEEP) e em 01 de abril de 1998 (EPTE), a Companhia, respectivamente, implantou o Plano “B1”, que define contribuições e responsabilidades paritárias entre a Companhia e os participantes, a fim de manter o equilíbrio econômico-financeiro atuarial do plano. Esse plano proporciona benefícios de aposentadorias e pensão para seus empregados, ex-empregados e respectivos beneficiários, com o objetivo de suplementar os benefícios fornecidos pelo sistema oficial da Previdência Social. O plano tem como característica principal o modelo misto, composto de 70% como Benefício Definido - BD e 30% como Contribuição Definida – CD. Na data da aposentadoria o Plano de Benefícios de Contribuição Definida – CD torna-se de Benefício Definido - BD.

29.3. Plano PSAP - Transmissão Paulista

Em 01 de janeiro de 2004, os planos patrocinados pela Companhia, bem como os da extinta EPTE, foram fusionados financeiramente, sendo mantidas as características individuais dos respectivos planos, constituindo-se, assim, o Plano PSAP - Transmissão Paulista.

29.4. Demonstrativo - Deliberação CVM 371/00

As principais informações econômico-financeiras do plano PSAP-Transmissão Paulista-BD (CTEEP/EPTE), em conformidade com a Deliberação CVM 371, de 13 de dezembro de 2000, e com base nos pareceres atuariais são as seguintes:

a. Conciliação dos Ativos e Passivos

	<u>2006</u>	<u>2005</u>
Valor Justo do Ativo.....	1.501.836	1.309.879
Total do Passivo Atuarial.....	(1.428.775)	(1.344.498)
Ganhos a Serem Reconhecidos em Exercícios Futuros.....	(240.489)	(149.664)
Passivo Líquido.....	<u>(167.428)</u>	<u>(184.283)</u>

Com base, portanto, na avaliação elaborada por atuários independentes para apuração da obrigação atuarial, não existem passivos adicionais a serem reconhecidos na data do balanço patrimonial da Companhia, tendo em vista os compromissos já reconhecidos na forma de confissão de dívida, que totalizam R\$ 232.181 mil (R\$ 233.910 mil, em 2005) (Nota Explicativa 19) e que, portanto, superam o passivo líquido apurado nos estudos atuariais, conforme demonstrado acima.

b. Movimentação do Ativo do Plano

	<u>2006</u>	<u>2005</u>
Valor Justo do Ativo no Início do Exercício.....	1.309.879	1.144.089
Contribuições do Empregador.....	19.579	29.376
Contribuições do Empregado.....	4.192	5.199
Retorno dos Investimentos.....	202.239	168.042
Benefícios Pagos.....	(34.349)	(37.138)
Transferência de Contribuição Definida para Benefício Definido.....	296	311
Valor Justo do Ativo no Final do Exercício.....	<u>1.501.836</u>	<u>1.309.879</u>

c. Movimentação do Passivo Atuarial

	<u>2006</u>	<u>2005</u>
Valor Presente da Obrigação Atuarial Líquida no Início do Exercício.....	1.344.498	1.182.715
Custos dos Serviços Correntes.....	9.281	10.105
Custos dos Juros.....	137.677	152.452
Ganho/Perda Atuarial.....	(24.871)	36.053
Acordos Líquidos.....	(3.757)	-
Benefícios Pagos.....	(34.349)	(37.138)
Transferência de Contribuição Definida para Benefício Definido.....	296	311
Valor Presente da Obrigação Atuarial Líquida no Final do Exercício.....	<u>1.428.775</u>	<u>1.344.498</u>

d. Participantes dos Planos

	<u>2006</u>	<u>2005</u>
Ativos.....	<u>2.746</u>	<u>2.862</u>
Inativos		
Aposentados	687	680
Aposentados por Invalidez.....	30	34
Pensionistas.....	<u>65</u>	<u>55</u>
	<u>782</u>	<u>769</u>
	<u>3.528</u>	<u>3.631</u>

e. Premissas Atuariais Utilizadas

	<u>2006</u>	<u>2005</u>
Taxa de Desconto do Valor Presente do Passivo Atuarial.....	10,24%	10,24%
Taxa de Retorno Esperada sobre os Ativos do Plano.....	11,28%	10,24%
Taxa de Crescimento Salarial Futuro.....	7,12%	7,12%
Índice de Reajuste de Benefícios Concedidos de Prestação Continuada.....	4,00%	4,00%
Fator de Capacidade do Benefício/Salário Preservar seu Poder Aquisitivo	97,84%	97,84%
Taxa de Rotatividade	Nula	Nula
Tábua Geral de Mortalidade.....	UP-94	GAM-83
Tábua de Entrada em Invalidez.....	Light-Média	Light-Média
Tábua de Mortalidade de Inválidos.....	IAPB-55	IAPB-55
Tábua de Mortalidade de Ativos.....	Método de Hamza	Método de Hamza

30. CONCESSÕES

Por meio da Portaria 185, de 06 de junho de 2001, do Ministério de Minas e Energia - MME, foi prorrogado por 20 anos, a partir de 08 de julho de 1995, o prazo da concessão da Companhia para exploração de serviço público de transmissão de energia elétrica, incluindo rede básica e demais instalações de transmissão – DIT.

Em decorrência, em 20 de junho de 2001, foi celebrado o Contrato de Concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica de nº 059, entre a Companhia e o Poder Concedente, através da ANEEL.

O referido contrato de concessão foi aditado em 14 de dezembro de 2001, tendo em vista a incorporação da EPTE - Empresa Paulista de Transmissão de Energia Elétrica S.A., pela Companhia. Foram mantidas as condições pactuadas inicialmente, exceção feita à manutenção do nível da Receita Anual Permitida - RAP, que sofreu reduções da ordem de 0,58%, em julho de 2002, e de 3,56%, em julho de 2003, equivalentes a 50% dos ganhos de eficiência esperados com a incorporação, cujos efeitos foram reconhecidos nas Resoluções Homologatórias da ANEEL, daquelas datas.

31. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A principal fonte de receitas da Companhia é proveniente do uso do seu sistema de transmissão de energia elétrica por outras concessionárias e agentes do setor. Sua receita anual vinculada às instalações de rede básica e demais instalações de transmissão – DIT é definida, nos termos da legislação vigente, pela ANEEL.

Os principais fatores de risco inerentes às operações da Companhia podem ser assim identificados:

31.1. Risco de Crédito

A Companhia mantém contratos com o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, concessionárias e outros agentes, regulando a prestação de seus serviços vinculados à rede básica a 209 usuários, com cláusula de garantia bancária. Igualmente, a Companhia mantém contratos regulando a prestação de seus serviços nas demais instalações de transmissão – DIT com 32 concessionárias e outros agentes também, com cláusula de garantia bancária (Nota Explicativa 6).

31.2. Risco de Preço

As receitas da Companhia são, nos termos do Contrato de Concessão, reajustadas anualmente pela ANEEL, pela variação do IGP-M, sendo parte das receitas sujeita à revisão periódica, a cada quatro anos (Nota Explicativa 24).

31.3. Risco de Liquidez

A Companhia centraliza basicamente, as suas aplicações financeiras no Banco Nossa Caixa S.A. (Nota Explicativa 5).

31.4. Risco Cambial

A Companhia possuía apenas um contrato de financiamento em moeda estrangeira, que terminou em maio de 2006 (Nota Explicativa 15).

31.5. Risco de Taxas de Juros

Os contratos de dívida com a Fundação CESP incidem juros segundo a variação do IGP-DI acrescida de 6% ao ano, ou da TR acrescida de 8% ao ano, sendo aplicado o maior dos dois índices (Nota Explicativa 19).

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, com valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado.

32. SEGUROS

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos seguros da Companhia está demonstrada a seguir:

Modalidade	Vigência	Importância Segurada		Prêmio	
		US\$ Mil	R\$ Mil	US\$ Mil	R\$ Mil
Patrimonial.....	02/11/06 a 02/11/07	-	2.208.190	-	4.181
Aeronáutico					
Responsabilidade Civil/Casco.....	02/11/06 a 02/11/07	34.842	-	53	-
RETA.....	02/11/06 a 02/11/07	-	198	-	1
Responsabilidade Civil Geral.....	17/10/06 a 17/10/07	-	10.000	-	241
Transportes Nacionais.....	01/10/06 a 01/10/07	-	347.000	-	56
Acidentes Pessoais Coletivo.....	01/05/06 a 01/05/07	-	119.359	-	10
		<u>34.842</u>	<u>2.684.747</u>	<u>53</u>	<u>4.489</u>

32.1. Patrimonial

Cobertura contra riscos de incêndio e danos elétricos para equipamentos instalados nas subestações de transmissão, prédios e seus respectivos conteúdos, almoxarifados e instalações.

32.2. Aeronáutico

Cobertura obrigatória de Responsabilidade do Explorador ou Transportador Aéreo - RETA, casco e de responsabilidade civil (LUC) para a aeronave da Companhia.

32.3. Responsabilidade Civil Geral

Cobertura às reparações por danos involuntários, pessoais e/ou materiais causados a terceiros, em consequência das operações da Companhia.

32.4. Transportes Nacionais

Cobertura a danos causados aos bens e equipamentos da Companhia, transportados no território nacional.

32.5. Acidentes Pessoais Coletivos

Cobertura contra acidentes pessoais a executivos, estagiários e aprendizes.

33. AÇÃO DE COBRANÇA DA ELETROBRÁS CONTRA A ELETROPAULO E EPTE

Em 1989, a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRÁS ajuizou ação ordinária de cobrança contra a Eletropaulo - Eletricidade de São Paulo S.A. (atual Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. - "Eletropaulo"), referente a saldo de certo contrato de financiamento. A Eletropaulo discordava do critério de atualização monetária de referido contrato de financiamento e efetuou os pagamentos depositando-os judicialmente pelos valores que considerava como efetivamente devidos. Em 1999, foi proferida sentença referente à ação mencionada, condenando a Eletropaulo ao pagamento do saldo apurado pela ELETROBRÁS.

Nos termos do protocolo de cisão parcial da Eletropaulo, realizada em 31 de dezembro de 1997 e que implicou a constituição da EPTE - Empresa Paulista de Transmissão de Energia Elétrica S.A. e de outras empresas, as obrigações de qualquer natureza referentes a atos praticados até a data de cisão são de responsabilidade exclusiva da Eletropaulo, exceção feita às contingências passivas cujas provisões tivessem sido alocadas às incorporadoras. No caso em questão, não houve, à época da cisão parcial, a alocação à EPTE de provisão para essa finalidade, restando claro para a Administração da CTEEP e de seus assessores legais que a responsabilidade pela citada contingência era exclusivamente da Eletropaulo. Houve à época da cisão, apenas, a versão ao ativo da EPTE de depósito judicial no valor histórico de R\$ 4,00 constituído em 1988, pela Eletropaulo, referente ao valor que aquela empresa entendia ser devido à ELETROBRÁS referente ao saldo do citado contrato de financiamento, e a alocação no passivo da EPTE de igual valor referente a essa dívida.

Em decorrência do protocolo de cisão parcial da Eletropaulo, portanto, a EPTE seria responsável por dívida certa e conhecida, no exato valor corrigido disponível no citado depósito judicial constituído em 1988, e a Eletropaulo seria responsável pela contingência passiva referente à diferença entre o valor total demandado judicialmente pela ELETROBRÁS e o valor corrigido do citado depósito judicial. Em outubro de 2001, a ELETROBRÁS promoveu execução de sentença referente ao citado contrato de financiamento, cobrando R\$ 429 milhões da Eletropaulo e R\$ 49 milhões da EPTE, entendendo que a EPTE satisfaria o pagamento da sua parte com os recursos corrigidos do citado depósito judicial. A CTEEP incorporou a EPTE em 10 de novembro de 2001, sucedendo-a nas suas obrigações.

Em 26 de setembro de 2003, foi publicado acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro excluindo a Eletropaulo da execução da mencionada sentença. Em decorrência dos fatos, a ELETROBRÁS protocolou, em 16 de dezembro de 2003, Recurso Especial ao Superior Tribunal de Justiça e Recurso Extraordinário ao Supremo Tribunal Federal, visando manter a mencionada cobrança referente à Eletropaulo. Recursos semelhantes aos da ELETROBRÁS foram interpostos pela CTEEP, sendo que o Recurso Especial da Companhia já se encontra cadastrado no Superior Tribunal de Justiça sob o nº 809.672.

O Superior Tribunal de Justiça deu provimento, em 29 de junho de 2006, ao Recurso Especial da CTEEP, no sentido de reformar a decisão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro que havia excluído a Eletropaulo do polo passivo da ação de execução movida pela ELETROBRÁS. Em decorrência, deve prosseguir a ação de execução da ELETROBRÁS contra a Eletropaulo e a EPTE conforme deliberado pelo juiz de primeiro grau, assegurando o direito de defesa a CTEEP como sucessora da EPTE.

Acerca dessa dívida e à luz dos documentos formais referentes à cisão parcial da Eletropaulo, a CTEEP, segundo o entendimento da sua Administração e de seus assessores legais, é responsável apenas pelo pagamento equivalente ao valor atualizado do depósito judicial constituído em 1988 para essa finalidade e integrante atualmente do seu ativo, devendo prosseguir na defesa desse direito. De outra parte, a Companhia não constituiu provisão para a contingência remanescente, estimada atualmente em R\$ 856.551 mil, que entende ser de responsabilidade da Eletropaulo e que dessa forma vem sendo cobrada pela ELETROBRÁS.

34. PLANO DE COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA REGIDO PELA LEI 4.819/58

34.1. Fatos Relevantes

- **19 de julho de 2005**

“A CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista, atendendo às disposições da Instrução CVM 358/02, vem a público esclarecer aspectos relativos ao plano de complementação de aposentadoria regido pela Lei Estadual 4.819/58. Esse plano aplica-se aos empregados admitidos até 13 de maio de 1974, referido na Nota Explicativa 22.1. às demonstrações financeiras da Companhia de 31 de dezembro de 2004. Os recursos necessários para fazer face aos encargos assumidos nesse plano são de responsabilidade dos órgãos competentes do Governo do Estado de São Paulo, cuja implementação ocorreu conforme convênio firmado entre a Fazenda do Estado de São Paulo e a Companhia, em 10 de dezembro de 1999, com vigência até 31 de dezembro de 2003. Tal procedimento foi realizado regularmente até dezembro de 2003 pela Fundação CESP, mediante recursos da Secretaria da Fazenda do Estado, repassados por meio da CTEEP. A partir de janeiro de 2004, a Secretaria da Fazenda passou a processar diretamente aqueles pagamentos, sem a interveniência da CTEEP e da Fundação CESP.

Decisão da 49ª Vara do Trabalho de São Paulo foi comunicada à CTEEP, em 11 de julho de 2005 (processo 1.339/2005-1), deferindo a concessão de tutela antecipada para que a Fundação CESP volte a processar os pagamentos de benefícios decorrentes da Lei Estadual 4.819/58, segundo o respectivo regulamento, da forma realizada até dezembro de 2003, mediante recursos repassados pela CTEEP. A 49ª Vara do Trabalho de São Paulo, em 13 de julho de 2005, concedeu o prazo de 60 dias para cumprimento da citada decisão. Consta também no site do Tribunal Regional do Trabalho, em São Paulo, resumo sobre decisão semelhante (processo SDC - 20058200400002000) de 30 de junho de 2005, determinando que a Fundação CESP, mediante recursos repassados pela CTEEP, volte a processar o pagamento de aposentadorias e pensões de beneficiários amparados pela Lei Estadual 4.819/58; tal decisão não foi ainda publicada e tampouco foi a Companhia intimada a esse respeito.

Para o cumprimento das citadas decisões judiciais, a CTEEP deverá requerer mensalmente os recursos necessários à Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, para repasse à Fundação CESP, que deve processar os respectivos pagamentos aos beneficiários. As citadas decisões alcançam cerca de 6.500 beneficiários, com despesa mensal da ordem de R\$ 23 milhões que, segundo o entendimento da CTEEP, é de responsabilidade do Estado de São Paulo, que assim procedeu até dezembro de 2003. Conseqüentemente, a CTEEP deve recorrer das citadas decisões judiciais por entender que a responsabilidade pelo pagamento dos mencionados benefícios é, nos termos da legislação aplicável, do Estado de São Paulo”.

- **27 de janeiro de 2006**

“A CTEEP – Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista, atendendo às disposições da Instrução CVM 358/02, vem a público comunicar mudança de procedimento da Secretaria da Fazenda do Estado, em decorrência de recente entendimento da Procuradoria Geral do Estado – PGE, quanto ao repasse de recursos à CTEEP para cumprimento da decisão da 49ª Vara do Trabalho de São Paulo que determinou o retorno do processamento da folha de benefícios da Lei Estadual 4.819/58 para a Fundação CESP, com recursos recebidos do Estado de São Paulo e repassados pela CTEEP. O assunto, anteriormente ao fato ora abordado, foi tratado na Nota Explicativa 21 das Informações Trimestrais – ITR da CTEEP de 30/09/2005.

A Secretaria da Fazenda do Estado repassou à CTEEP, em 27/01/2006, valor inferior ao necessário para o fiel cumprimento da citada decisão da 49ª Vara do Trabalho. O dispêndio efetivo da CTEEP neste mês para fins da citada decisão judicial foi de R\$ 19.725 mil, transferidos à Fundação CESP, tendo recebido R\$ 14.976 mil da Secretaria da Fazenda para essa finalidade. A Secretaria da Fazenda informou que glosou neste mês certas parcelas da despesa em decorrência de recente entendimento da PGE quanto aos limites da obrigação do Estado nesse assunto. A decisão da 49ª Vara do Trabalho alcança atualmente 5.528 beneficiários. Continuam a ser pagos diretamente pela Secretaria da Fazenda 794 benefícios da Lei Estadual 4.819/58.

A CTEEP continua empenhada em modificar a citada decisão da 49ª Vara do Trabalho de modo a permitir o retorno do procedimento de pagamento direto da folha de benefícios da Lei Estadual 4.819/58 pela Secretaria da Fazenda. A CTEEP reitera o entendimento da sua área jurídica de que as despesas decorrentes da Lei Estadual 4.819/58 e respectivo regulamento são de responsabilidade integral da Fazenda do Estado de São Paulo e estuda as medidas cabíveis neste caso para resguardar os interesses da Companhia”.

- **24 de fevereiro de 2006**

“A CTEEP – Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista, atendendo às disposições da Instrução CVM 358/2002, vem a público comunicar, em prosseguimento ao assunto tratado no Fato Relevante de 27/01/2006, que a Secretaria da Fazenda do Estado repassou à CTEEP no mês de fevereiro de 2006 o valor de R\$ 12.802 mil para cumprimento da decisão da 49ª Vara do Trabalho de São Paulo que determinou o retorno do processamento da folha de benefícios da Lei Estadual 4.819/58 para a Fundação CESP, com recursos recebidos do Estado de São Paulo e repassados pela CTEEP. Neste mês de fevereiro, o dispêndio total da CTEEP para fiel cumprimento da citada decisão judicial foi de R\$ 19.652 mil.

A CTEEP reitera que continua empenhada em modificar a citada decisão da 49ª Vara do Trabalho de modo a permitir o retorno do procedimento de pagamento direto da folha de benefícios da Lei Estadual 4.819/58 pela Secretaria da Fazenda, além da adoção de outras medidas para preservar os legítimos interesses da Companhia”.

34.2. Sentença da 49ª Vara do Trabalho

Em 27 de abril de 2006, foi proferida sentença pelo juízo da 49ª Vara do Trabalho de São Paulo acerca do processo acima referido, julgando procedente, em parte, a reclamação em questão e mantendo os efeitos da tutela antecipada anteriormente concedida, (Fato Relevante de 19 de julho de 2005), além de determinar o pagamento de parcelas vencidas. A CTEEP protocolou em juízo, em 08 de maio de 2006, Embargos Declaratórios à citada sentença visando esclarecer e modificar certos aspectos da citada decisão.

Em 19 de junho de 2006, através de decisão do Superior Tribunal de Justiça declarando a competência da Justiça Pública Estadual para apreciar as reclamações trabalhistas ajuizadas na Justiça do Trabalho pleiteando diretamente das empresas os proventos decorrentes da Lei Estadual 4.819/58, foi anulada a sentença da 49ª Vara do Trabalho, e determinou a remessa dos autos a uma das Varas da Fazenda Pública Estadual. Em decorrência da citada decisão do Superior Tribunal de Justiça, os proventos instituídos pela Lei Estadual 4.819/58 voltaram a ser pagos diretamente pela Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo e não mais pela Fundação CESP mediante repasse da CTEEP como vinha acontecendo em cumprimento a decisão da 49ª Vara do Trabalho de São Paulo, ora anulada.

Em 28 de junho de 2006, o Superior Tribunal de Justiça deferiu pedido de liminar para suspender os efeitos da decisão proferida pelo mesmo tribunal no Conflito de Competência, objeto de decisão de 19 de junho de 2006. De acordo com a intimação recebida pela CTEEP em 30 de junho de 2006, volta a prevalecer a decisão da 49ª Vara do Trabalho que determinou o processamento da folha de benefícios da Lei Estadual 4.819/58 pela Fundação CESP, mediante recursos do Estado de São Paulo e repassados pela CTEEP.

34.3. Situação Atual

Em decorrência dos fatos tratados e por força da citada decisão judicial da 49ª Vara do Trabalho de São Paulo, bem como da decisão do Superior Tribunal da Justiça, a CTEEP repassou à Fundação CESP no período de setembro de 2005 a dezembro de 2006, o valor de R\$ 358.639 mil para pagamento de benefícios da Lei Estadual 4.819/58, tendo recebido da Secretaria da Fazenda do Estado o valor de R\$ 267.149 mil para aquela finalidade. A diferença entre os valores repassados à Fundação CESP e ressarcidos pela Secretaria da Fazenda, no montante de R\$ 91.490 mil, está sendo requerida administrativamente pela Companhia (Nota Explicativa 7.3).

Por outro lado, a CTEEP recebeu da Procuradoria Geral do Estado - PGE, em 20 de outubro de 2005, cópia de manifestação daquele órgão, de 06 de outubro de 2005, acerca de consulta da Secretaria da Fazenda sobre o alcance das referidas decisões judiciais. Nessa manifestação, a PGE conclui que a decisão da 49ª Vara do Trabalho de São Paulo atinge subjetivamente a Fazenda do Estado, que integra o pólo passivo da demanda na condição de ré. Assim sendo, conclui a PGE que, “no atual cenário, cabe à Secretaria da Fazenda o ressarcimento integral dos valores despendidos pela CTEEP para o cumprimento da decisão judicial proferida na reclamação trabalhista nº 1145/2005-6, em curso na 49ª Vara do Trabalho da Capital”. Ainda, na mesma manifestação a PGE conclui que a decisão proferida pelo Tribunal Regional do Trabalho, cujos efeitos estão suspensos pela liminar obtida em decorrência de Reclamação Correicional, não alcança integralmente a Fazenda do Estado, que foi excluída da lide a pedido do Sindicato suscitante; nesse caso, a Fazenda do Estado deveria, segundo a PGE, ressarcir a CTEEP observados os estritos limites da Lei Estadual 4.819/58, excluindo eventuais benefícios, instituídos pelo respectivo regulamento, que extrapolem ou se mostrem conflitantes com a legislação específica.

À vista de todo exposto acima, resta claro que o entendimento da Procuradoria Geral do Estado – PGE sobre o assunto, formalizado por meio do Ofício PGE/SF 01/2006, de 10/02/2006, e respectiva Nota Técnica PGE/SF 01/2006, altera o entendimento oferecido pela PGE anteriormente e que vigiu até dezembro de 2005 para fins de repasse de recursos à CTEEP para cumprimento da decisão da 49ª Vara do Trabalho. Segundo o atual entendimento da PGE, a Fazenda do Estado deve efetuar certas glosas nos repasses à CTEEP para fins de transferência à Fundação CESP, para cumprimento da referida decisão judicial.

Nos termos do informado nos Fatos Relevantes acima transcritos, a CTEEP reitera que continua empenhada em modificar a citada decisão da 49ª Vara do Trabalho de modo a permitir o retorno do procedimento de pagamento direto da folha de benefícios da Lei Estadual 4.819/58 pela Secretaria da Fazenda. A CTEEP reitera também o entendimento da sua área jurídica e de seus consultores externos de que as despesas decorrentes da Lei Estadual 4.819/58 e respectivo regulamento são de responsabilidade integral da Fazenda do Estado de São Paulo e prossegue na análise de medidas adicionais para resguardar os interesses da Companhia. Em decorrência, a Companhia registra essas glosas como valores a receber da Fazenda do Estado.

35. EVENTOS SUBSEQÜENTES

35.1. Comunicado ao Mercado – 09 de Janeiro de 2007

“CTEEP – Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista, em atendimento ao disposto na Instrução CVM 358/02, comunica que sua acionista controladora ISA Capital do Brasil S.A. adquiriu, nesta data, por meio de leilão de oferta pública de aquisição de ações – OPA realizado na BOVESPA, 24.572.559.070 ações ordinárias de emissão da CTEEP, correspondentes a 39,28% do total dessa espécie de ações, ao preço de R\$ 30,74 por lote de mil ações, conforme edital de OPA publicado em 04/12/2006.

Em decorrência dessa aquisição, a ISA Capital do Brasil S.A. passa a deter o equivalente a 89,40% do capital votante e 37,46% do capital total da CTEEP”.

Assim, após o leilão, de um total de 62.558.662.803 ações ordinárias de emissão CTEEP, 55.924.470.821 são de propriedade da ISA Capital do Brasil S.A.

35.2. Aditivo ao Contrato de Concessão

Em decorrência da aquisição do controle acionário da CTEEP pela ISA Capital do Brasil S.A., ocorrida em 28 de junho de 2006, foi celebrado o Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Concessão 059/2001-ANEEL da CTEEP, em 29 de janeiro de 2007, de modo a refletir essa realidade do novo controlador. Nesse aditivo, foram mantidas as condições pactuadas inicialmente e agregada cláusula definindo que o ágio pago no leilão, assim como as obrigações especiais e os valores decorrentes da Lei Estadual 4.819/58 previstos no Edital de Alienação SF/001/2006, não serão considerados pela ANEEL para efeito da avaliação do equilíbrio econômico-financeiro da concessão. Ainda em decorrência desse aditivo, a ISA Capital do Brasil S.A. e a Interconexión Eléctrica S.A. E.S.P. (Colômbia) comprometem-se a fazer aportes de capital na CTEEP caso o lucro líquido da Companhia não seja suficiente para cobrir as referidas obrigações.

ANEXO I
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E DE 2005

(Em milhares de reais)

	<u>2006</u>	<u>2005</u>
DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Recebimento de clientes.....	1.365.284	1.304.243
Recebimento outros.....	20.028	18.440
Pagamentos a fornecedores.....	(164.084)	(174.558)
Pagamentos a empregados.....	(438.829)	(343.454)
Impostos, contribuições e encargos regulamentares.....	(302.387)	(337.077)
	<u>480.012</u>	<u>467.594</u>
DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Compra de ativo imobilizado.....	(419.435)	(209.414)
DAS ATIVIDADES FINANCEIRAS		
Receitas de aplicações financeiras.....	66.466	98.863
Pagamento de passivo por empréstimos.....	(23.266)	(53.924)
Juros sobre o capital próprio/dividendos.....	(204.847)	(180.489)
Despesas bancárias/CPMF.....	(6.768)	(6.487)
Outros.....	(1.023)	(1.116)
	<u>(169.438)</u>	<u>(143.153)</u>
DAS ATIVIDADES NÃO OPERACIONAIS		
Contratos - Secretaria da Fazenda.....	40.316	50.664
Ressarcimentos - Lei 4.819/58.....	181.199	93.493
Outros ingressos.....	-	9.161
Adiantamentos - Lei 4.819/58.....	(283.017)	(121.254)
Outras saídas.....	(83)	(6.164)
	<u>(61.585)</u>	<u>25.900</u>
AUMENTO (REDUÇÃO) DO SALDO LÍQUIDO DE CAIXA	<u><u>(170.446)</u></u>	<u><u>140.927</u></u>
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAIXA		
No início do exercício.....	684.917	543.990
No fim do exercício.....	<u>514.471</u>	<u>684.917</u>
	<u><u>(170.446)</u></u>	<u><u>140.927</u></u>

ANEXO II

**DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E DE 2005**

(Em milhares de reais)

	<u>2006</u>	<u>2005</u>
GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Receita de uso da rede elétrica e serviço.....	1.401.346	1.320.664
Receitas não operacionais.....	1.726	4.446
	<u>1.403.072</u>	<u>1.325.110</u>
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		
Serviços de terceiros.....	(96.136)	(89.434)
Materiais.....	(21.621)	(25.174)
Outros insumos operacionais.....	(38.766)	(45.508)
Despesas não operacionais.....	(33.426)	(5.623)
	<u>(189.949)</u>	<u>(165.739)</u>
VALOR ADICIONADO BRUTO.....	<u>1.213.123</u>	<u>1.159.371</u>
RETENÇÕES		
Quotas de reintegrações.....	(169.417)	(169.403)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO GERADO.....	<u>1.043.706</u>	<u>989.968</u>
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		
Amortização do deságio.....	16.985	16.985
Receitas financeiras.....	130.778	132.534
	<u>147.763</u>	<u>149.519</u>
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR.....	<u>1.191.469</u>	<u>1.139.487</u>
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Remuneração do trabalho.....	786.475	316.074
Impostos, taxas e contribuições.....	136.162	262.991
Juros e variações monetárias.....	16.855	9.370
Arrendamentos e aluguéis.....	4.398	4.475
Encargos regulamentares da concessão.....	129.827	78.300
Distribuição aos acionistas (a).....	114.953	336.654
Constituição/realização de reservas.....	2.799	21.965
Lucro retido.....	-	109.658
	<u>1.191.469</u>	<u>1.139.487</u>

(a) Além desse montante, a Administração, com base no lucro retido no exercício de 2005, propõe mais R\$ 85.000 mil a serem distribuídos aos acionistas (Nota Explicativa 23.6.b).

JOSÉ SIDNEI COLOMBO MARTINI

Presidente

PIO ADOLFO BARCENA VILLARREAL

Diretor Administrativo

CELSO SEBASTIÃO CERCHIARI

Diretor de Operações

ANA MERCEDES VILLEGAS MEJÍA

Diretora de Gestão Organizacional

JORGE RODRÍGUEZ ORTIZ

Diretor de Empreendimentos

CLÁUDIO CINTRÃO FORGHIERI

**Diretor Financeiro
e de Relações com Investidores**

CLOVIS JOSÉ ROSSI

**Contador
CRC – 1SP 127796/O-5**

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente :

LUIS FERNANDO ALARCÓN MANTILLA

Vice-Presidente :

FERNANDO AUGUSTO ROJAS PINTO

Conselheiros :

ANA MERCEDES VILLEGAS MEJÍA

CÉSAR AUGUSTO RAMÍREZ ROJAS

CLAUDIANO MANOEL DE ALBUQUERQUE

FERNANDO JOSÉ TENÓRIO ACOSTA

FERNANDO MAIDA DALL'ACQUA

GUIDO ALBERTO NULE AMIN

ISAAC YANOVICH FARBAIARZ

JOSÉ SIDNEI COLOMBO MARTINI

LUISA FERNANDA LAFAURIE RIVERA

NORBERTO DE FRANCO MEDEIROS

ROGÉRIO DA SILVA

VALTER CORREIA DA SILVA

VLADIMIR MUSKATIROVIC

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Acionistas e Administradores da
CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista
São Paulo - SP

1. Examinamos os balanços patrimoniais da CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista, levantados em 31 de dezembro de 2006 e de 2005, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.
2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas brasileiras de auditoria e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume das transações e os sistemas contábil e de controles internos da Companhia; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Companhia, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.
3. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis referidas no parágrafo 1 representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista em 31 de dezembro de 2006 e de 2005, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
4. Nossos exames foram conduzidos com o objetivo de emitir parecer sobre as demonstrações contábeis básicas referidas no parágrafo 1, tomadas em conjunto. As demonstrações do fluxo de caixa e do valor adicionado, apresentadas nos Anexos I e II para propiciar informações suplementares sobre a Companhia, não são requeridas como parte integrante das demonstrações contábeis básicas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As demonstrações do fluxo de caixa e do valor adicionado foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos no parágrafo 2 e, em nossa opinião, essas demonstrações suplementares estão adequadamente apresentadas, em todos os aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis básicas referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2006 e de 2005, tomadas em conjunto.
5. Conforme descrito na nota explicativa n.º 34, de acordo com a decisão da 49ª Vara do Trabalho de São Paulo, a partir de setembro de 2005, a Fundação CESP passou a processar a folha de pagamento de beneficiários do plano de complementação de aposentadoria regido pela Lei n.º 4.819/58, mediante recursos repassados pela Companhia, da forma realizada até dezembro de 2003. Em janeiro de 2006, a Procuradoria-Geral do Estado de São Paulo passou a entender que a responsabilidade do Governo do Estado se restringe aos limites estaduais constitucionais determinados para pagamentos dos benefícios de aposentadoria. Desde então, o Governo do Estado passou a glosar parte dos recursos repassados à Companhia. A Administração da Companhia, amparada por seus assessores legais, entende que a responsabilidade pelos pagamentos dos benefícios relacionados a esse plano de complementação de aposentadoria é de inteira responsabilidade do Governo do Estado; como consequência, não registra nas demonstrações contábeis da Companhia nenhuma obrigação em relação a esse plano.

6. Conforme descrito na nota explicativa nº. 24, a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL autorizou, de forma provisória, reajustes da Receita Anual Permitida – RAP com base nas variações do Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M para os ciclos tarifários de julho de 2005 a junho de 2006 e de julho de 2006 a junho de 2007. O processo de revisão periódica continua em andamento e sua conclusão está prevista para julho de 2007. Portanto, os possíveis impactos deverão ser aplicados retroativamente a 1º. de julho de 2005.

São Paulo, 1º de fevereiro de 2007

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº. 2 SP 011609/O-8

Iara Pasian
Contadora
CRC nº. 1 SP 121517/O-3

As folhas das DFP, por nós revisadas, estão rubricadas tão-somente para fins de identificação.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista, dando cumprimento ao que dispõem os incisos I, II, III e VII do artigo 163 da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, examinou as Demonstrações Contábeis da Companhia, relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2006, elaboradas segundo os princípios estabelecidos nos capítulos XV e XVI do referido diploma legal, compreendendo o Balanço Patrimonial, Demonstrações dos Resultados, das Mutações do Patrimônio Líquido, das Origens e Aplicações de Recursos complementados por Notas Explicativas, Demonstrações do Valor Adicionado e dos Fluxos de Caixa, bem como o Relatório da Administração sobre os negócios sociais e principais fatos administrativos do exercício social.

Com fundamento no exame realizado e no Parecer dos Auditores Independentes, o Conselho Fiscal é de opinião que, as Demonstrações Contábeis e as informações complementares, bem como a Proposta da Administração para distribuição de dividendos no montante de R\$199.953 mil, estão em condições de serem submetidos à apreciação e aprovação dos Senhores Acionistas.

É o Parecer.

São Paulo, 12 de fevereiro de 2007

Antonio Luiz de Campos Gurgel

Celso Clemente Giacometti

Elisabeth Elias Böhm

Manuel Domingues de Jesus e Pinho

Rômulo Rodrigues

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E DE 2005

CONTEÚDO

Índice.....	01
Relatório da Administração.....	03
Balancos Patrimoniais - Ativo.....	20
Balancos Patrimoniais - Passivo.....	21
Demonstrações dos Resultados.....	22
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido.....	23
Demonstrações das Origens e Aplicações de Recursos.....	24

Notas Explicativas:

1 Contexto Operacional.....	25
2 Governança Corporativa.....	25
3 Apresentação das Demonstrações Contábeis.....	26
4 Sumário das Principais Práticas Contábeis.....	26
5 Aplicações Financeiras.....	28
6 Clientes.....	29
7 Valores a Receber - Secretaria da Fazenda.....	30
8 Tributos e Contribuições Compensáveis.....	32
9 Cauções e Depósitos Vinculados.....	32
10 Alienação de Bens e Direitos.....	33
11 Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos.....	34
12 Despesas Pagas Antecipadamente - Ativo Regulatório das Contribuições para o PIS e a COFINS.....	34
13 Ativo Imobilizado.....	36
14 Tributos a Recolher.....	37
15 Empréstimos, Financiamentos e Encargos de Dívidas.....	37
16 Salários e Contribuições Sociais.....	38
17 Programa de Desligamento Voluntário - PDV.....	38
18 Obrigações Estimadas.....	38
19 Valores a Paçar - Fundação CESP.....	39
20 Provisão para Contingências.....	39
21 Provisão para Encargos Fiscais e Tributários.....	40
22 Obrigações Especiais - Reversão/Amortização.....	41
23 Patrimônio Líquido.....	41
24 Revisão Periódica da Receita Anual Permitida.....	48
25 Receita de Uso da Rede Elétrica.....	49
26 Outras Receitas.....	50
27 Receitas e Despesas Financeiras.....	50
28 Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.....	50
29 Planos de Aposentadorias e Pensão aos Empregados.....	52
30 Concessões.....	54
31 Instrumentos Financeiros.....	55
32 Seguros.....	56
33 Ação de Cobrança da ELETROBRÁS contra a ELETROPAULO e EPTE.....	57
34 Plano de Complementação de Aposentadoria Regido pela Lei 4.819/58.....	58
35 Eventos Subseqüentes.....	61

Anexos:

I Demonstrações dos Fluxos de Caixa.....	62
II Demonstrações do Valor Adicionado.....	63

Pareceres:

Dos Auditores Independentes.....	66
Do Conselho Fiscal.....	68